

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação Quadrimestral da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do quadrimestre maio/agosto de 2009 apresenta-se temas como: Conjuntura Econômica, Desempenho da Indústria e o Balanço das Negociações Salariais no 1º Semestre de 2009.

Como de costume, traz-se também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

Boletim de Conjuntura – MAI/AGO de 2009

(Fechamento 14/09/2009)

Presidente - **José Calixto Ramos**

Equipe técnica responsável:

Clóvis R. Scherer

Karla C. Braz (Licenciada)

Osmar F. dos Santos Filho

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte
CEP: 70730-517 - Brasília - DF
Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001
E-mail: cnti@cnti.org.br **Site:** www.cnti.org.br

ÍNDICE

- I - CONJUNTURA ECONÔMICA
- II - DESEMPENHO INDUSTRIAL
- III - BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS EM 2009 - 1º SEMESTRE
- IV - INDICADORES ECONÔMICOS

Entre em contato conosco pelo e-mail:

sucnti@dieese.org.br

I - CONJUNTURA ECONÔMICA

Os efeitos da crise financeira mundial sobre a economia brasileira foram graves e continuam a se fazer sentir. Porém, alguns indicadores já evidenciam a recuperação da atividade econômica a partir do segundo trimestre de 2009.

As causas da retração da economia no Brasil, em decorrência da propagação dos efeitos da crise financeira mundial que começou nos EUA (Estados Unidos da América) e se espalhou pelo mundo, principalmente a partir de setembro de 2008, estão relacionadas com o enxugamento da liquidez internacional, o acúmulo indesejado de estoques na indústria e os efeitos da política monetária naquele ano.

I.1 Efeitos da Crise na Economia

O setor exportador da indústria foi sensivelmente afetado pela queda abrupta da demanda externa e pela interrupção do crédito às operações de comércio exterior. A maior parte deste setor está concentrado na região sudeste, responsável pela maior parcela da riqueza e da renda gerada no país. Esse fato é elemento de propagação dos efeitos da crise sobre o restante do país, ao provocar queda na demanda por produtos e serviços das demais regiões.

Para agravar esse cenário, a política monetária de combate a inflação, que apresentava curva ascendente no começo de 2008, demorou a ser revertida contribuindo para o agravamento do impacto da crise na economia do Brasil. À medida que as autoridades persistiram na manutenção de elevada taxa de juros

para combater uma suposta elevação da inflação, contribuíram para reforçar os impactos da crise sobre a atividade econômica.

Soma-se a isso o elevado nível de estoques na indústria, na qual as empresas vislumbrando uma demanda crescente no primeiro semestre de 2008 e com receio de perderem mercado para a concorrência ampliaram os seus estoques aproveitando as linhas de créditos disponíveis à época para financiá-los.

Esses três elementos juntos geraram efeito em cadeia que resultou na redução do nível de produção e, conseqüentemente, na diminuição da mão-de-obra empregada.

O esfriamento do mercado de trabalho gerou queda da demanda interna pelos consumidores e pelos empresários que, receosos quanto à retração da renda, optaram por frear seus gastos, o que realimentou a propagação dos efeitos da crise.

Esse processo foi evidenciado, em especial, pelo resultado do PIB (Produto Interno Bruto) do quarto e primeiro trimestre de 2008 e 2009, respectivamente.

A divulgação pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) das informações sobre o PIB do 1º trimestre de 2009 demonstra o impacto da crise no Brasil, ao apresentar recuo do produto de 1,0% em relação ao trimestre anterior e de 1,8% em comparação com o mesmo período de 2008. Esses dados confirmam também a variação negativa por dois trimestres consecutivos, caracterizando que a economia entrou em recessão (ver Tabela 1).

No entanto, o resultado do PIB no segundo trimestre de 2009 foi positivo e atingiu R\$756,2 bilhões. Esse trimestre apresentou crescimento de 1,9%, na comparação trimestre sobre trimestre

imediatamente anterior, com ajuste sazonal. No acumulado ao longo do ano sobre mesmo período do ano anterior ainda apresenta variação negativa (1,5%), porém menor que o trimestre anterior (-1,8%).

Apesar do setor da economia mais afetado pela crise, a indústria, ter tido uma queda de 3,2%, no comparativo entre o primeiro trimestre de 2009 com o último de 2008, foi o maior destaque no segundo trimestre de 2009, com acréscimo de 2,1% na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Com esse mesmo critério de comparação, a agropecuária teve redução do nível de produção em 1,4% no primeiro trimestre de 2009, mas nos três meses seguintes apresentou queda de apenas 0,1%.

Ainda comparando o trimestre atual em relação ao trimestre imediatamente anterior, o setor de serviços só apresentou variação negativa no quarto trimestre de 2008 (0,5%). Nos dois trimestres seguintes teve crescimento sucessivo de 0,6% e 1,2%, contribuindo com o processo de recuperação da atividade econômica.

No tocante à demanda, incluindo o consumo, o investimento e o comércio externo, o destaque fica com o consumo. O componente consumo das famílias variou positivamente no primeiro (0,6%) e no segundo (2,1%) trimestre de 2009, na comparação trimestre sobre trimestre imediatamente anterior, com queda de 1,4%, apenas no último trimestre de 2008, quando comparada com o trimestre imediatamente anterior.

O consumo da Administração Pública também contribuiu com a manutenção da demanda na economia, especialmente no último trimestre de 2008, na comparação com o trimestre anterior,

quando o consumo das famílias foi negativo. Apesar disso, apresentou pequena redução da taxa de crescimento no segundo trimestre de 2009, de 0,1% em relação ao primeiro trimestre, em contrapartida à elevação de 0,6% no primeiro trimestre do ano.

Outro ponto a ressaltar, os investimentos, as exportações de bens e serviços e importações de bens e serviços tiveram variações positivas no segundo trimestre de 2009, depois de apresentarem quedas consecutivas por dois trimestres seguidos, comparado com o trimestre imediatamente anterior, conforme dados constantes da Tabela 1.

TABELA 1
Varição do PIB – Preços de Mercado
Dados Dessazonalizados - %

Discriminação	2008			2009	
	II Trím	III Trím	IV Trím	I Trím	II Trím
Acumulado ao longo do ano/mesmo período do ano anterior	6,2	6,4	5,1	-1,8	-1,5
Acumulado em 4 trimestres/4 trimestres imediatamente anteriores	6,0	6,3	5,1	3,1	1,3
Trimestre contra igual trimestre do ano anterior	6,2	6,8	1,3	-1,8	-1,2
Trimestre/trimestre imediatamente anterior	1,5	1,3	-3,4	-1,0	1,9
Agropecuária	4,2	-1,5	-2,0	-1,4	-0,1
Indústria	1,1	1,6	-8,0	-3,2	2,1
Serviços	0,6	1,0	-0,5	0,6	1,2
Consumo das Famílias	0,5	1,8	-1,4	0,6	2,1
Consumo da Administração Pública	0,1	1,2	0,3	0,8	-0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	3,8	4,3	-9,1	-12,3	0,0
Exportação de bens e serviços	6,7	-2,8	-4,1	-15,8	14,1
Importação de bens e serviços	5,7	0,5	-7,0	-12,0	1,5

Fonte: IBGE

Um dado importante para o processo de recuperação econômica foi o desempenho da formação bruta de capital fixo, ao sair de

uma variação de -12,3% para 0,0%, do primeiro trimestre de 2009 para o segundo do mesmo ano, sob o critério trimestre ante trimestre anterior.

A explicação para o bom desempenho sob a ótica da demanda, em especial do setor de consumo de bens e serviços envolve vários fatores. Dentre esses, o destaque é o crescimento da massa salarial, mesmo com a redução de postos de trabalho, que junto com o controle da inflação tem mantido o poder de compra dos consumidores. Este fato é resultado da política de recuperação e melhoria do salário mínimo, pauta histórica de reivindicação dos trabalhadores, representando agora tanto uma conquista deles quanto um ganho para economia do país. Outro ponto a ressaltar nesta questão é a ampliação das políticas de renda, como exemplo o Programa Bolsa Família, que segundo informações divulgadas pelo governo federal beneficiou 11,6 milhões de famílias em 2008, destinando R\$11,8 bilhões ao programa.

Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, o PIB apresenta recuo de 1,2%, explicado em grande parte pela indústria que teve retrações no quarto trimestre de 2008 (2,1%) e nos dois que se seguem, de 9,3% e 7,9%, respectivamente. O maior impacto no setor industrial foi sentido pela indústria de transformação (-4,9%, -12,6% e -10,0% nos três trimestres subseqüentes, a contar de outubro de 2008), afetada pela diminuição da demanda externa combinado com elevado nível de estoque. Outro subsetor de destaque foi a Construção civil, que recuou 9,8% e 9,5% no primeiro e segundo trimestre de 2009, acompanhado da Produção e distribuição de eletricidade, gás e água e da Extrativa mineral, que recuaram 4,2% e 4,0%, respectivamente.

O setor agropecuário, quando analisados os dados do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, apresentou resultado negativo no primeiro e segundo trimestre de 2009, respectivamente, de 1,6% e 4,2% (ver Tabela 2). Esse fato é reflexo da redução da demanda externa e a queda da safra, especialmente do milho, do algodão e do café no primeiro semestre de 2009, compensado pelo bom resultado da safra do arroz.

Em sentido contrário aos dois setores comentados anteriormente, o setor de serviços apresentou resultados positivos, diminuindo o impacto do decréscimo da atividade na indústria e na agropecuária no desempenho da economia como um todo.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o setor de serviços, que responde por mais da metade do Produto Bruto, teve desempenho positivo em todos os subsetores, com exceção do transporte (-5,6%) e do comércio (-6,0%), conforme dados da Tabela 2.

A análise dos dados sobre o PIB do primeiro e segundo trimestre de 2009, comparado com igual período do ano anterior evidenciam a recuperação econômica e sinalizam melhora das expectativas dos agentes econômicos, condição necessária para a futura expansão da capacidade produtiva.

TABELA 2
Varição do PIB, por Setor e Subsetor de Atividades Econômicas
- 2008-2009

(Trimestre sobre mesmo trimestre do ano anterior – em %)

Setor de Atividade	2008			2009	
	II Trim	III Trim	IV Trim	I Trim	II Trim
Agropecuária - Total	9,3	6,4	2,2	-1,6	-4,2
Indústria - Total	5,7	7,1	-2,1	-9,3	-7,9
Extrativa Mineral	5,4	7,8	0,2	-1,1	-0,8
Transformação	5,0	5,9	-4,9	-12,6	-10,0
Construção civil	9,8	11,7	2,1	-9,8	-9,5
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3,8	5,7	3,2	-4,2	-4,0
Serviços - Total	5,4	5,9	2,5	1,7	2,4
Comércio	8,2	9,8	-1,3	-6,0	-4,0
Transporte, armazenagem e correio	5,0	5,7	-2,0	-5,6	-5,3
Serviços de informação	8,2	10,0	9,1	5,4	6,8
Intermediação financeira	10,2	8,8	4,9	5,8	8,2
Outros serviços	4,9	5,8	4,1	7,0	7,3
Atividades imobiliárias e aluguel	3,3	2,9	2,2	1,6	1,4
Administração, saúde e educação públicas	2,1	2,5	3,1	3,1	2,8
Valor adicionado a preços básicos	5,9	6,3	1,0	-1,5	-0,9
Impostos sobre produtos	8,1	10,1	2,6	-3,3	-2,8
PIB a preços de mercado	6,2	6,8	1,3	-1,8	-1,2

Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Outro dado que possibilitou avaliar os efeitos da crise na economia do país foi a divulgação pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), do relatório do CAGED (Cadastro Geral

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

de Empregados e Desempregados), sintetizando o comportamento do mercado de trabalho formal (com carteira assinada).

TABELA 3
Varição Absoluta Mensal do Emprego Formal no Brasil
2008 – 2009 (dados até julho)

Mês	2008	2009	2009/2008
janeiro	142.921	-101.748	-171,19
fevereiro	204.963	9.179	-95,52
março	206.556	34.818	-83,14
abril	294.522	106.205	-63,94
maio	202.984	131.557	-35,19
junho	309.442	119.495	-61,38
julho	203.218	138.402	-31,89
agosto	239.123		
setembro	282.841		
outubro	61.401		
novembro	-40.821		
dezembro	-654.946		
Acumulado de janeiro a julho	1.564.606	437.908	-72,01
Média do saldo janeiro a julho	223.515	62.558	-72,01
Acumul. 12 meses até julho	163.292	27.126	-83,39

Fonte: MTE - CAGED julho/2009

Elaboração: DIEESE

Segundo dados do CAGED, a partir de outubro do ano passado a curva ascendente que vinha ocorrendo na geração de postos de trabalho formal, sofreu forte impacto da crise. De novembro de 2008 a janeiro de 2009, o saldo entre admitidos e desligados tornou-se negativo, conforme apresentado na Tabela 3.

Ressalta-se que dezembro teve queda muito acima do verificado em anos anteriores em consequência dos efeitos da crise na economia, mesmo quando se pondera que este é o mês de ajustes no mercado de trabalho.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Ao comparar o saldo médio de criação de emprego, de janeiro a julho de 2009, com o mesmo período de 2008, fica explícito os indícios de quanto desacelerou a atividade econômica e a geração de novos postos de trabalho. No caso em questão, o emprego formal sai de um saldo médio de 223.515 no ano anterior para 62.558 (variação negativa de 72,01% em relação ao saldo médio do período anterior).

A diferença nos saldos médios aumenta ainda mais, quando se compara o período de agosto de 2008 a julho de 2009, com saldo médio positivo de 27.126 empregos, com os doze meses imediatamente anteriores, ou seja, de agosto de 2007 a julho de 2008, com média de 163.292 postos de trabalho gerados por mês.

Os principais setores afetados neste contexto foram à indústria, o comércio e a agricultura, e os dados apresentados pela CAGED reforçam o que outros indicadores econômicos já evidenciavam.

As informações da Tabela 4 retratam que os primeiros meses de 2009 foram de queda na geração de emprego formal, principalmente na indústria de transformação e no comércio.

Para compensar a redução de postos de trabalho nestes setores mais afetados pela redução do produto, o setor serviços (com resultados positivos durante todo o ano de 2009) consegue manter o saldo geral superavitário, inclusive no mês de janeiro.

Esse resultado tem sua explicação na manutenção do consumo das famílias e do governo. As famílias aproveitaram os ganhos reais com a política de valorização do salário mínimo e controle da inflação e o governo com situação fiscal sob controle

despendeu recursos no intuito de reduzir os efeitos da crise e recuperar a economia do país.

TABELA 4
Evolução do Emprego Formal por Setor de Atividade Econômica no Brasil - 2009

SETORES	jul/ 09	jun/ 09	mai/ 09	abr/ 09	mar/ 09	fev/ 09	jan/ 09
Extrativa mineral	98	-26	171	-582	40	-705	-459
Indústria de Transformação	17.354	2.001	700	183	-35.775	-56.456	-55.130
Serviços industriais de utilidade pública	2.497	803	266	574	468	807	713
Construção civil	32.175	18.321	17.407	13.388	16.123	2.842	11.324
Comércio	27.336	17.522	14.606	5.647	-9.697	-10.275	-50.781
Serviços	27.655	22.877	44.029	59.279	49.280	57.518	2.452
Administração pública direta e autárquica	1.804	828	1.451	5.032	7.141	14.491	2.234
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	29.483	57.169	52.927	22.684	7.238	957	-12.101
Total	138.402	119.495	131.557	106.205	34.818	9.179	-101.748
Fonte: MTE CAGED							
Elaboração: DIEESE							

A partir de abril o que se percebe é uma inversão no processo de desaceleração econômica, visto sob a ótica da criação de novos postos de trabalho no mercado formal, com o crescimento na evolução do emprego em todos os setores de atividade econômica. Dentre esses, alguns apresentaram saldo deficitário no primeiro trimestre do ano, como a indústria de transformação e a extrativista, o comércio e a agricultura.

Esses dados juntamente com outros indicadores dão indícios de que a economia brasileira já iniciou seu processo de recuperação.

I.2 Indicadores de recuperação da atividade econômica

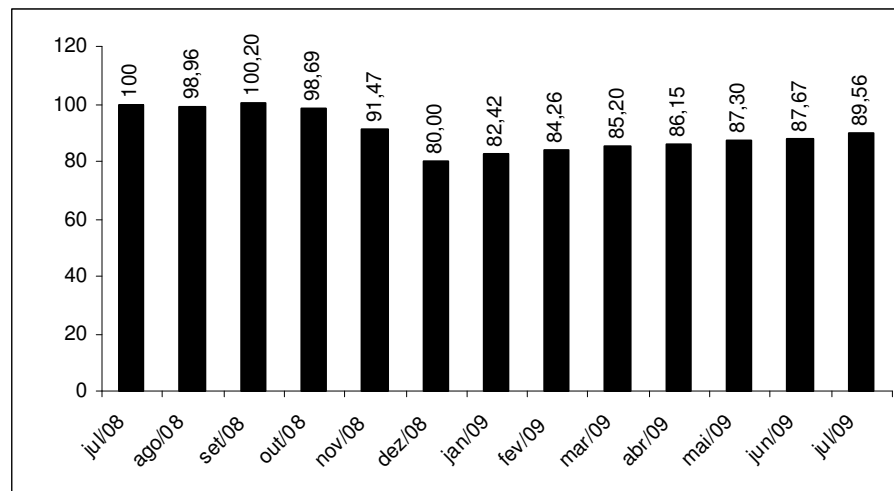
A geração de postos de trabalho em praticamente todos os setores da economia brasileira, a partir de abril de 2009, juntamente com os dados da produção industrial, das vendas do comércio e da capacidade instalada reforçam as conclusões tiradas dos dados do PIB do segundo trimestre de 2009, de que o processo de recuperação da atividade econômica avança, ainda que de forma gradual em alguns setores.

O fato do Brasil já dar sinais de recuperação de uma crise mundial comparada por muitos economistas como similar à Crise de 1929, que também teve como epicentro os EUA, tem respaldo nas condições mais consistentes da economia para enfrentar os efeitos da crise atual, diferente de anos anteriores quando dificuldades e complicações advindas do exterior desestruturava toda a economia do país.

No cenário atual de crise financeira mundial, não ocorreram no Brasil grandes impactos sobre o Balanço Pagamento, a situação financeira do Estado, a inflação, o sistema financeiro nacional ou a insegurança quanto a mudanças no regime cambial.

O Estado brasileiro possui atualmente melhores condições nos quesitos relação dívida pública/PIB (variando de 38% a 44,1% do PIB), montante em reservas cambiais em nível elevado (no entorno de US\$ 210 bilhões), inflação sobre controle e em baixa (Tabela 6), taxa de juros em baixa (Gráfico 4). Nestas condições, ele pôde adotar políticas contracíclicas que tem contribuído para mitigar os impactos da crise e incentivar a recuperação mais rápida da economia.

GRÁFICO 1
Produção Física Industrial no Brasil
Julho de 2008 a julho de 2009.
(Índice de base fixa com ajuste sazonal – base: julho/2008=100)



Fonte: IBGE
 Elaboração: DIEESE

Vários indicadores econômicos vêm reforçar esse novo contexto da economia nacional apresentando desempenho favorável e potencializador de uma recuperação da atividade econômica.

Nesse sentido a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) realizada pelo IBGE evidencia certa estabilidade no processo, sinalizando uma recuperação lenta e gradual da produção. A partir de outubro de 2008 têm início os efeitos diretos da crise sobre a produção, que atinge o seu nível mínimo em dezembro de 2008, com uma redução de 20,05% comparado com a produção de julho de 2008. De janeiro de 2009 em diante tem ocorrido um movimento de recuperação

lenta e gradual. Será necessário, entretanto, consumir o estoque acumulado à medida que a demanda for aumentando, até que ocorra a elevação da produção e retorno ao nível anterior à crise.

Esse movimento da indústria geral é seguido tanto pela indústria de transformação quanto pela indústria extrativa mineral, conforme as informações sobre nível de produção da Tabela 5.

Outro indicador de conjuntura econômica que coaduna com os dados da PIM-PF é o divulgado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, sobre utilização da capacidade instalada na indústria. Este indicador apresenta queda na utilização da capacidade instalada a partir de novembro de 2008, com redução de 1,0% em comparação com o mês de julho do mesmo ano e atinge o nível mínimo em janeiro, quando decresce 10,9% em relação a julho de 2008.

TABELA 5
Índice da Produção Física Industrial no Brasil
Julho de 2008 a Julho de 2009

(Índice de base fixa com ajuste sazonal – base: julho/2008=100)

Mês	Indústria geral	Indústria extrativa	Indústria de transformação
jul/08	100,00	100,00	100,00
ago/08	98,96	100,83	99,11
set/08	100,20	101,46	101,31
out/08	98,69	101,28	98,29
nov/08	91,47	90,41	93,64
dez/08	80,00	80,75	82,16
jan/09	82,42	82,27	83,97
fev/09	84,26	83,26	85,22
mar/09	85,20	84,56	85,46
abr/09	86,15	85,46	86,36
mai/09	87,30	84,82	87,39
jun/09	87,67	89,07	87,35
jul/09	89,56	88,79	89,17

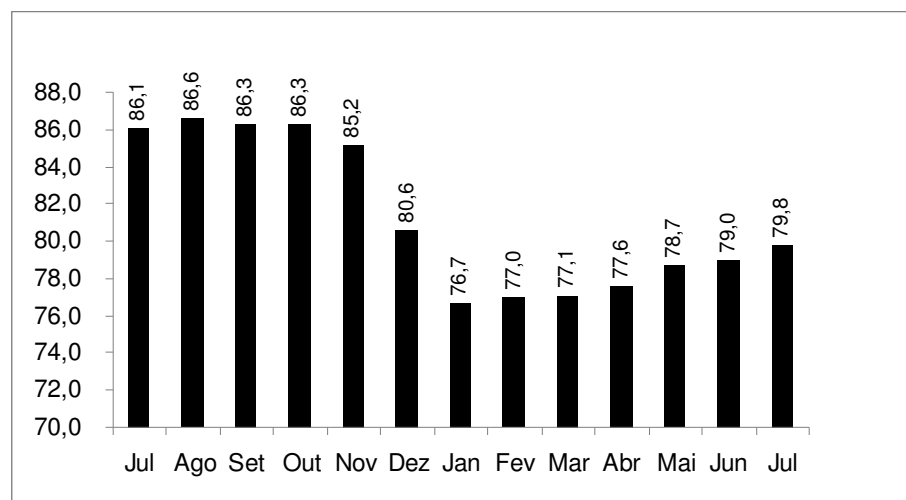
Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Nos meses seguintes permanecem as taxas negativas na utilização da capacidade instalada, porém cada vez menores, principalmente a partir de abril (-9,9%; maio, -8,6%; junho, -8,2%) atingindo em julho de 2009, o percentual de -7,3, sempre em comparação ao mês de julho de 2008. A explicação para isso esta no ciclo de estoque e na recuperação da demanda.

Os indicadores do comércio varejista evidenciam o impacto de medidas localizadas de incentivo a determinados produtos através de redução de impostos e melhoria do crédito, beneficiado pela política monetária.

GRÁFICO 2
Utilização Média da Capacidade Instalada no Brasil
Julho de 2008 a Julho de 2009 - (%)

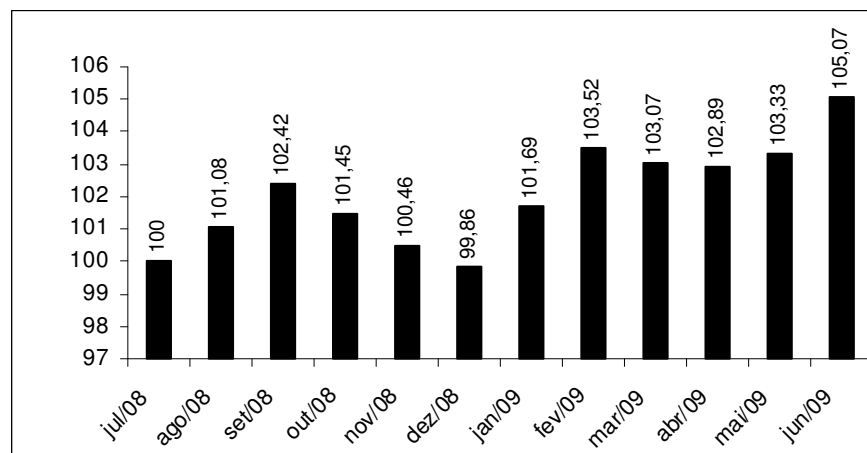


Fonte: FGV
Elaboração: DIEESE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

GRÁFICO 3

Índice de Volume de Vendas no Comércio Varejista no Brasil
Jul/08 a Jun/09.



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

Pelo Gráfico 3, que representa o volume de vendas no comércio varejista, visualiza-se o impacto nas vendas a partir do último trimestre do ano passado, com queda em dezembro de 0,1% em relação a julho de 2008. Em sentido contrário, o primeiro trimestre de 2009 se apresenta com substancial retomada do volume de vendas, atingindo em maio e junho crescimento de 3,3% e 5,1% comparativamente a julho de 2008.

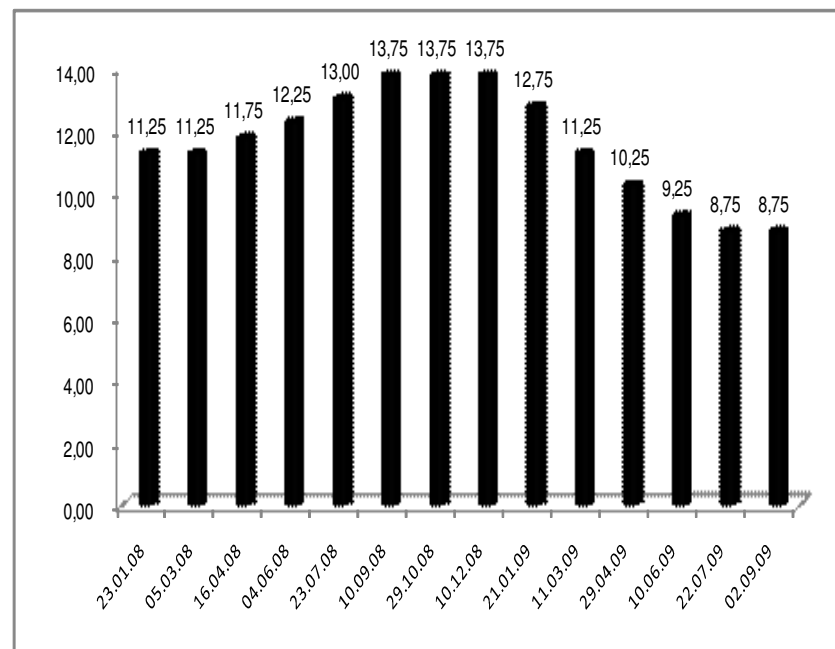
Além disso, pode-se acrescentar alguns fatores que reforçam a retomada do crescimento de maneira mais consistente.

A redução da taxa de juros pela autoridade monetária em 2009, atingindo um dígito e chegando a 8,75%, em 22/07/2009. Isso é elemento de estímulo ao investimento e favorecedor do crédito que beneficia o consumo das famílias.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

GRÁFICO 4

Decisões do Copom sobre a Meta da Taxa Selic
2008-2009 - % a.a



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: DIEESE

Outro fator positivo que contribui para a recuperação da economia trata-se da estabilidade da inflação que não apresenta grandes oscilações em 2009. Ao comparar a inflação do acumulado de janeiro a agosto deste ano com o mesmo período do ano anterior, segundo o INPC-IBGE, observa-se que a variação em 2008 é de 6,48%, bem acima da taxa em 2009 de 3,07% (ver Tabela 6).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 6
Varição Mensal e Acumulada da Inflação no Brasil
2008 - 2009

Período	(Em %)		
	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
jan/08	0,88	0,69	0,54
fev/08	-0,03	0,48	0,49
mar/08	0,45	0,51	0,48
abr/08	0,42	0,64	0,55
mai/08	0,87	0,96	0,79
jun/08	0,97	0,91	0,74
jul/08	0,87	0,58	0,53
ago/08	0,32	0,21	0,28
set/08	0,14	0,15	0,26
out/08	0,43	0,50	0,45
nov/08	0,53	0,38	0,36
dez/08	0,10	0,29	0,28
jan/09	0,69	0,64	0,48
fev/09	0,02	0,31	0,55
mar/09	0,40	0,20	0,20
abr/09	0,31	0,55	0,48
mai/09	0,23	0,60	0,47
jun/09	0,05	0,42	0,36
jul/09	0,49	0,23	0,24
ago/09	0,30	0,08	0,15
Acumulado jan-ago/08	4,85	5,09	4,48
Acumulado jan-dez/08	6,11	6,48	5,90
Acumulado jan-ago/09	2,52	3,07	2,97
Acumulado set/08-ago/09	3,75	4,44	4,36

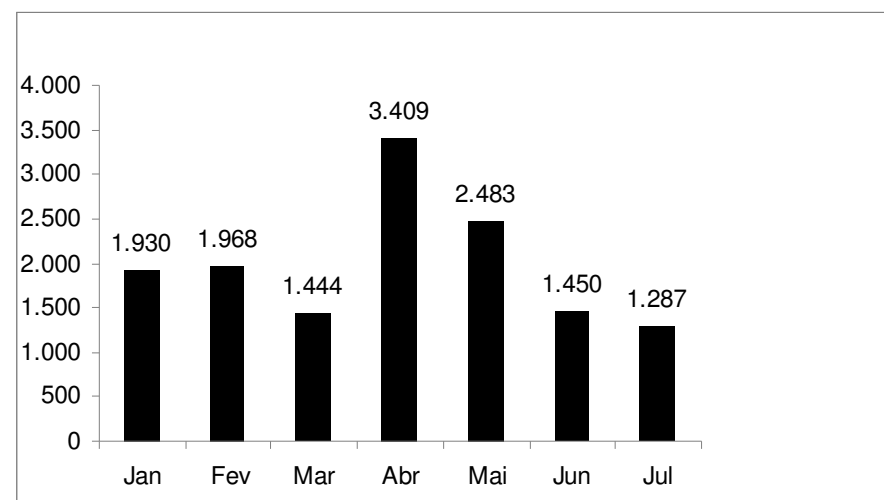
Fonte: IBGE e DIEESE

Nesse mesmo sentido, o desempenho das reservas internacionais é considerável e propicia maior tranquilidade para enfrentar os efeitos de uma crise mundial sobre a economia do

país, girando em torno de US\$ 210 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

O fluxo positivo de entrada de recursos no país, em 2009, tem compensado o resultado deficitário da Conta Corrente, que começa a sofrer os efeitos da valorização do real, especialmente na redução do superávit comercial e do acréscimo no déficit de serviços.

GRÁFICO 5
Investimentos Estrangeiros Direto no Brasil
2009



Fonte: Banco Central do Brasil
 Elaboração: DIEESE

Num cenário de crise financeira internacional, o destaque positivo desse movimento para a atividade econômica está relacionado com o fluxo dos investimentos diretos que apresentou entradas líquidas superiores a US\$ 3,4 bilhões e US\$ 2,5 bilhões para os meses de abril e maio, respectivamente. Nos meses seguintes houve menor entrada de recursos, porém acima de US\$ 1,2 bilhões. Isto significa, à médio prazo, aumento da capacidade produtiva e da produtividade na economia brasileira, ou seja, geração de trabalho e renda.

Apesar desse contexto favorável há alguns elementos preocupantes. Podem ser citados a valorização do Real, que afeta em especial os setores ligados a exportação, o acréscimo da relação dívida líquida sobre o PIB, a persistência de taxas de juros elevadas aos tomadores de crédito final mesmo com a redução da taxa de juros básica.

II – DESEMPENHO DA INDÚSTRIA

A indústria foi o setor mais afetado pela crise financeira global, em função da retração da demanda externa, do crédito ao comércio exterior, pelo ciclo de estoques e pela permanência de alta taxa de juros no ano de 2008.

Porém, indicadores do nível de produção e de geração de postos de trabalho formal dos últimos meses apresentam um cenário de retomada da produção industrial.

Os principais subsetores da indústria que sofreram com o processo de desaceleração econômica estão ligados ao mercado externo. Com a mudança nas expectativas dos agentes econômicos houve adiamento de gastos com consumo e, principalmente, investimentos, que ampliariam a capacidade instalada da economia gerando trabalho e renda.

Para minimizar a propagação dos efeitos da crise e incentivar a recuperação da atividade econômica o governo adotou várias medidas e ampliou outras já iniciadas, priorizando o setor de bens de capital e aqueles intensivos em mão-de-obra.

Dentre estas, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que objetiva investimentos em infra-estrutura, o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida direcionado à habitação e a ampliação de linhas de financiamento habitacional. Estes programas visam impulsionar a economia pelo efeito em cadeia para uma série de setores e pela demanda interna.

Com o mesmo intuito de estimular a economia, a partir de maio o governo prorrogou a redução de tributos, tais como o IPI (Imposto Sobre Produção Industrial), o PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o

Financiamento da Seguridade Social) para aquisição de bens duráveis, para a construção civil e bens de capital.

Além disso, reduziu a taxa de juros de longo prazo (TJLP) utilizada nos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), melhorando as condições de crédito aos tomadores finais.

Essas medidas de manutenção da demanda e de alteração nas expectativas dos agentes econômicos, acompanhadas da manutenção do mercado interno, contribuíram para a melhoria de indicadores econômicos da produção industrial.

II.1 Produção

Nesse sentido, os dados divulgados pelo IBGE sobre a produção no setor da indústria no mês de julho evidenciam aumento nos sete primeiros meses de 2009, na comparação com iguais meses do ano anterior.

Com o foco entre maio e julho de 2009, escopo deste boletim, pode-se perceber que na comparação mensal (mês sobre mês imediatamente anterior), tanto a indústria geral quanto todas as categorias de uso, exclusive a de bens de consumo, apresentaram variação positiva de maio a julho de 2009 (ver Tabela 7). O setor de bens de consumo teve queda de 2,2% em junho, em consequência da redução do consumo dos semiduráveis e não duráveis (-2,6%).

No entanto, quando se compara o nível de atividade no mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior, as taxas são negativas para a indústria geral e todas as categorias de uso. Isto porque o nível de produção em 2008 estava no seu máximo, enquanto que em 2009 ele havia sido rebaixado em decorrência

da crise. O destaque sob este critério é o setor de consumo que apresenta as menores taxas negativas em maio, explicado pelas menores variações negativas do consumo de semiduráveis e não duráveis, conforme dados apresentados na Tabela 7. Em sentido oposto, ressalta-se a maior queda apresentada pelo setor de bens de capital.

TABELA 7
Indicadores da Produção Industrial por Categoria de Uso
Brasil – Maio a Julho de 2009

(Mês sobre mês imediatamente anterior)

Categoria de Uso	Variação %		
	maio	junho	julho
Bens de Capital	0,7	2,1	1,4
Bens Intermédiários	1,2	0,7	2
Bens de Consumo	2,3	-2,2	2,7
Duráveis	3,8	0,4	4,6
Semiduráveis e não Duráveis	1,3	-2,6	1,0
Indústria Geral	1,3	0,2	2,2

(Mês sobre o mesmo mês do ano anterior)

Categoria de Uso	Variação %		
	maio	junho	julho
Bens de Capital	-22,8	-24,4	-23,9
Bens Intermédiários	-13,8	-11,8	-11,6
Bens de Consumo	-4,8	-6,2	-4,1
Duráveis	-13,7	-12,7	-6,7
Semiduráveis e não Duráveis	-1,6	-4,0	-3,2
Indústria Geral	-11,3	-10,9	-9,9

Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Ao observar os dados da produção física industrial (de julho de 2008 a julho de 2009), percebe-se que tanto a indústria extrativa quanto indústria de transformação e, por consequência a indústria geral vem retornando ao nível da produção anterior à

crise, de forma gradual, conforme dados da Tabela 5 apresentada anteriormente.

A produção na indústria vem se recuperando à medida que o estoque acima do planejado vai sendo consumido. Neste período analisado, a produção do setor atinge o nível mínimo em dezembro de 2008 e tem se reaproximado a cada mês do nível de produção de julho de 2008.

Quanto aos subsetores da indústria, a análise será direcionada àqueles que tiveram maior impacto sobre as variações na produção do setor e à seleção de algumas atividades industriais que serão tratadas em subseção específica desse boletim.

Sob o critério de análise, no qual o mês de julho de 2008 é base de comparação (índice igual a 100), uma primeira observação é que especialmente os setores da indústria de veículos automotores, máquinas e equipamentos, material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações, metalurgia básica, borracha e plástico, outros produtos químicos, produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos), edição, impressão e reprodução de gravações tiveram grandes variações tanto de queda no final de 2008 e começo de 2009, quanto de melhora no nível da produção. A partir de maio de 2009, a diferença entre o nível da produção em julho reduziu de maneira mais significativa em todos esses setores da indústria, exclusive os de material eletrônico e produtos de metal que apresentaram um leve aumento na variação de queda em junho.

Pode-se perceber que a produção de veículos automotores foi um dos setores mais afetados pela crise que tiveram forte impacto na variação da produção total na indústria. A partir de novembro de 2008, a produção de veículos automotores teve redução de 22,5%, atingindo em dezembro o menor nível de

produção, com queda de 53,7%. Nos sete primeiros meses de 2009, a variação na produção deste setor da indústria tem apresentado um processo de recuperação, com variações negativas cada vez menores, se aproximando do nível verificado no mês de julho do ano passado, destacando os meses de junho e julho que tiveram uma variação de -21,7% e -21,6%, respectivamente (ver Tabela 8).

TABELA 8
Variação na Produção Física de Subsetores que mais impactaram a indústria no Brasil
Agosto de 2008 a julho de 2009
(Base: julho/2008=100)

	(%)											
Setores da Indústria	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
Veículos												
automotores	1,0	1,9	0,1	-22,5	-53,7	-36,0	-32,4	-27,7	-25,2	-23,7	-21,7	-21,6
Máquinas e equipamentos	-0,9	10,5	3,2	-5,9	-23,6	-25,8	-27,6	-29,8	-29,7	-28,1	-28,1	-21,7
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	1,5	0,9	6,1	-13,2	-54,2	-38,0	-33,2	-38,5	-34,8	-28,9	-29,9	-26,7
Metalurgia básica	-0,3	-2,5	-2,1	-9,8	-26,2	-30,5	-28,2	-29,8	-26,2	-24,3	-22,8	-19,3
Borracha e plástico	-2,2	-3,0	-9,5	-15,9	-32,4	-22,5	-20,7	-22,9	-18,3	-19,3	-18,4	-13,8
Outros produtos químicos	-5,3	-9,2	-19,2	-15,0	-22,8	-23,5	-17,1	-14,0	-14,7	-12,2	-9,1	-8,3
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-2,7	-3,1	-4,5	-7,3	-24,0	-23,8	-25,2	-22,6	-17,5	-20,7	-22,3	-20,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	-1,3	10,5	1,4	-7,4	-7,4	-12,9	-2,8	-3,4	-6,0	-7,2	-6,0	-4,6

Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Parte da explicação deste fato pode ser creditada à redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industriais) sobre o ramo de veículos automotores.

A produção de máquinas e equipamentos teve queda mais significativa de novembro do ano passado até junho de 2009. Em março deste ano, constatou-se a maior variação negativa, chegando a 29,8% de queda na produção. Esse patamar de variação negativa só começa seu processo de recuperação no mês de julho, quando assume uma variação de -21,7% em comparação com o mesmo mês do ano anterior, esclarecendo que até junho a taxa de variação permeava os 28,1% negativa.

O subsetor de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações apresentou uma das maiores quedas dentre os setores industriais, em dezembro de 2008 correspondeu a uma variação de 54,2%. Apesar de reduzir essa variação negativa nos meses seguintes, apenas a partir de maio se constata uma redução um pouco mais visível, com destaque o mês de julho (-26,7%).

Vários setores que foram responsáveis por uma maior variação da produção na indústria, foram afetados primeiro pelos efeitos da crise na economia brasileira. Neste caso, encontra-se o de metalurgia básica, diretamente influenciado pela queda da demanda externa.

Outros setores como o de borracha e plástico, outros produtos químicos e produtos de metal, também foram os primeiros a apresentarem variações negativas na produção, já a partir de agosto do ano passado. As grandes variações deficitárias deste grupo, em específico, se concentram entre dezembro de 2008 e março de 2009. Tal evento vem apresentar resultado mais

favorável de maio a julho, destacando as variações do último mês.

O contexto da produção industrial geral é de retorno gradual aos níveis do período que antecede à propagação dos efeitos da crise financeira internacional no país.

Outros indicadores da indústria disponíveis sinalizam um melhor cenário da economia brasileira, como é o caso das informações a respeito do mercado formal de trabalho deste setor.

II.2 Emprego

De acordo com os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) posição em 31 de dezembro de 2008, divulgados pelo MTE, o resultado no estoque de empregos formais em toda a economia cresceu 4,8%. O desempenho é positivo ao recordar que o segundo semestre de 2008 foi de propagação dos efeitos da crise, ressaltando que no primeiro semestre a atividade econômica estava em forte ascensão.

Alcançou-se um estoque de 39.441.566 trabalhadores no final de 2008, com um saldo de 1.834.136 postos de trabalho gerados. O destaque fica com a construção civil que obteve um crescimento de 18,33%, na comparação entre o estoque de 2008 e de 2007. Sob esse critério de análise a indústria extrativa ocupou o segundo lugar com variação relativa de 10,51% (Tabela 9).

Na comparação entre o estoque de 2007 e 2008 (posição em 31 de dezembro) no tocante à variação absoluta vale destacar, novamente, o saldo líquido positivo de 296.607 na construção

civil, seguida pela indústria de transformação com saldo de 228.673.

De todos os subsetores da indústria apenas o da indústria da madeira e do mobiliário e da indústria de calçados tiveram uma redução no estoque de emprego no final de 2008, de 2,68% e 3,14%, respectivamente, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

No que respeita à remuneração média no mercado formal brasileiro, apresentou reajuste de 3,52% em relação ao ano de 2007, chegando a um valor de R\$1.494,66. Os destaques na variação relativa foram a indústria extrativa mineral, a indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas e a construção civil com 13,65%, 8,84% e 7,76%, respectivamente (ver Tabela 10).

A indústria extrativa apresenta, também, a maior remuneração média, no montante de R\$4.313,35, acompanhado pelos serviços industriais de utilidade pública (R\$2.758,80), pela indústria do material de transporte (R\$2.716,33), pela indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria (R\$2.268,43) e pela indústria mecânica (R\$2.073,39).

A indústria do papel, papelão, editorial e gráfica foi o único que teve retração na remuneração média no setor industrial, retraindo 1,33%, de um valor de R\$1.797,94 em 2007 para R\$1.774,03 em 2008.

As menores remunerações médias pagas na indústria foram encontradas na indústria de calçados (R\$769,75), na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos (R\$878,61) e na indústria da madeira e do mobiliário (R\$936,20), referente ao final de 2008.

Quanto às menores variações relativas de aumento da remuneração média destacam-se os serviços industriais de utilidade pública com reajuste 1,84% e a indústria do material de transporte, reajustado em 1,64%.

Em complemento aos dados anuais da RAIS, o CAGED que demonstra a evolução mensal do emprego formal (celetistas), também nos norteia na tarefa de retratar a situação do emprego formal e sinalizar as tendências gerais no âmbito geral do trabalho e, por aproximação, da atividade econômica em 2009.

O saldo entre admitidos e desligados na indústria teve os maiores resultados negativos concentrados nos meses de novembro e dezembro de 2008 e janeiro de 2009, período em que houve redução de postos de trabalho no total das atividades econômicas no país.

TABELA 9

Número de Empregos por Setores e Subsetores da Indústria no Brasil, 2007 - 2008.

SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Empregos			
	2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %
Extrativa mineral	185.444	204.936	19.492	10,51
Indústria de transformacao	7.082.167	7.310.840	228.673	3,23
Indústria de produtos minerais nao metálicos	340.850	358.869	18.019	5,29
Indústria metalúrgica	712.045	746.994	34.949	4,91
Indústria mecânica	482.620	515.379	32.759	6,79
Indústria do material elétrico e de comunicações	267.294	269.401	2.107	0,79
Indústria do material de transporte	495.278	524.544	29.266	5,91
Indústria da madeira e do mobiliário	451.969	439.846	-12.123	-2,68
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	372.058	385.555	13.497	3,63
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	305.925	306.841	916	0,30
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	689.686	715.515	25.829	3,75
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	929.387	955.408	26.021	2,80
Indústria de calçados	316.508	306.584	-9.924	-3,14
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.718.547	1.785.904	67.357	3,92
Serviços industriais de utilidade pública	364.667	375.370	10.703	2,94
Construção civil	1.617.989	1.914.596	296.607	18,33
Total	37.607.430	39.441.566	1.834.136	4,88

Fonte: RAIS - Decreto nº 76.900/1995

Elaboração: DIEESE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 10

Remuneração Média por Setor e Subsetores da indústria no Brasil, 2007 - 2008.

SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Remuneração R\$			
	2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %
Extrativa mineral	3.795,35	4.313,35	518	13,65
Indústria de transformacao	1.447,22	1.500,45	53	3,68
Indústria de produtos minerais nao metálicos	1.084,04	1.116,65	33	3,01
Indústria metalúrgica	1.683,60	1.733,72	50	2,98
Indústria mecânica	2.000,08	2.073,39	73	3,67
Indústria do material elétrico e de comunicações	1.777,55	1.896,16	119	6,67
Indústria do material de transporte	2.672,58	2.716,33	44	1,64
Indústria da madeira e do mobiliário	903,33	936,20	33	3,64
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1.797,94	1.774,03	-24	-1,33
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1.423,54	1.549,36	126	8,84
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	2.215,70	2.268,43	53	2,38
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	855,73	878,61	23	2,67
Indústria de calçados	739,75	769,75	30	4,06
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.067,28	1.112,05	45	4,19
Serviços industriais de utilidade pública	2.709,08	2.758,80	50	1,84
Construção civil	1.125,07	1.212,37	87	7,76
Total	1.443,77	1.494,66	51	3,52

Fonte: RAIS - Decreto nº 76.900/1995

Elaboração: DIEESE

Porém, ao longo de 2009, o que se observou foi um processo de recuperação na geração de emprego, principalmente em abril, maio e julho. Destaque para este último mês, quando o saldo eleva-se em toda a economia e quase a totalidade da indústria apresenta geração de emprego, excluindo se três subsetores.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

A indústria de transformação foi o setor da indústria que apresentou as maiores baixas em postos de trabalho formal, com redução de 127.123 nos sete primeiros meses de 2009. Os destaques dos principais subsetores que respondem por essa maior queda na geração de empregos foram a indústria metalúrgica (-58,8 mil), a indústria de material de transporte (-35,7 mil), a indústria mecânica (-31 mil), a indústria de material elétrico e de comunicação (-19,1 mil) e a indústria da madeira e mobiliário (-12,2 mil). Em sentido contrário, os principais subsetores que tiveram acréscimos líquidos no emprego, amenizando o resultado da indústria de transformação no saldo geral, foram a indústria de alimentos e bebidas e a indústria de calçados, gerando 27.226 e 12.043 novos empregos (Tabela 11).

A construção civil ocupou a terceira posição no incremento líquido na evolução do emprego formal em toda a economia no acumulado de 2009, de janeiro a julho. Apresentou um saldo acumulado nesse período, entre admitidos e desligados, de 111.580. Depois de dois meses deficitários, no final de 2008, vem apresentando uma trajetória ascendente, especialmente, entre maio e julho de 2009. Neste último mês teve o melhor desempenho, com 1,6% de acréscimo ao estoque em relação ao mês anterior.

No período maio a julho, a evolução do emprego formal teve forte recuperação na indústria de transformação, neste último mês, principal setor da indústria afetado pela crise, tendo crescido 0,24% em relação ao estoque, correspondendo a um saldo de 17.354 (ver Tabela 11).

Em julho de 2009, os únicos subsetores que tiveram saldo negativo na indústria de transformação foram a indústria da borracha, fumo, couros, peles e similares, a indústria

metalúrgica e a indústria do material de transporte (de -3.906, -1.077 e -468, respectivamente). Este resultado reflete a dependência destas indústrias da recuperação da atividade externa.

TABELA 11
Evolução Mensal e Acumulada do Emprego Formal no Brasil em 2009

SETORES	jul/09	jun/09	mai/09	abr/09	mar/09	fev/09	jan/09	Acumulado em 2009
Extrativa mineral	98	-26	171	-582	40	-705	-459	-1.463
Indústria de Transformação	17.354	2.001	700	183	-35.775	-56.456	-55.130	-127.123
Indústria metalúrgica	-1.077	-4.286	-5.499	-9.025	-11.879	-12.001	-12.028	-55.795
Indústria do material de transporte	-468	-2.604	-1.230	-1.629	-5.008	-12.986	-11.732	-35.657
Indústria mecânica	339	-1.401	-2.917	-5.650	-7.913	-8.856	-4.563	-30.961
Indústria do material elétrico e de comunicações	159	-147	-1.593	-3.432	-3.476	-5.747	-4.832	-19.068
Indústria da madeira e do mobiliário	928	-658	-1.486	-643	-3.648	-4.260	-2.481	-12.248
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.603	93	-1.594	-1.250	-2.695	-1.129	-1.936	-6.908
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	530	142	428	-1.388	-2.647	-2.009	-1.574	-6.518
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	4.914	3.320	799	-463	-2.935	-3.650	-3.887	-1.902
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	6.133	2.570	2.124	328	-943	-5.404	-4.359	449
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	-3.906	-1.603	256	3.082	2.577	1.634	176	2.216
Indústria de calçados	4.522	188	-1.970	1.286	4.418	2.719	880	12.043
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	3.677	6.387	13.382	18.967	-1.626	-4.767	-8.794	27.226
Serviços industriais de utilidade pública	2.497	803	266	574	468	807	713	6.128
Construção civil	32.175	18.321	17.407	13.388	16.123	2.842	11.324	111.580
Total*	138.402	119.495	131.557	106.205	34.818	9.179	-101.748	437.908

Fonte: MTE/CAGED

Elaboração: DIEESE

* Total da evolução de empregos geral na economia em 2009 (inclui Comércio, Serviços, Administ. Pública Direta e Autárquica e Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal).

Num contexto mais geral, a indústria de transformação vem apresentando mensalmente taxas de variação crescentes evidenciando a recuperação na geração de novos postos de trabalho formal, em especial no mês de julho de 2009.

II.3 – Setores Selecionados

II.3.1 1 Papel e Celulose

Desde a propagação dos impactos da crise financeira mundial na economia brasileira, a produção de papel e celulose demonstrou variações negativas que oscilaram de -3,9% a -6,9% de novembro de 2008 a junho de 2009, comparados com o mês de julho de 2008.

Porém, a produção deste setor melhorou seu desempenho em julho de 2009, com uma variação de -2,5% em relação a julho do ano passado. Isto é, alcançou um nível de produção de 97,5% do que era no mesmo mês de 2008 (ver Gráfico 6).

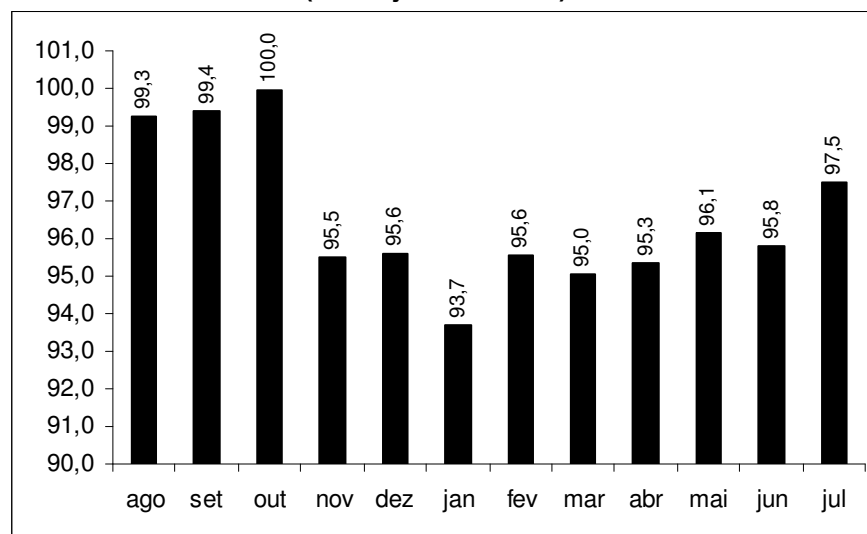
Segundo dados da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel), a produção (em toneladas) de celulose e de papel variou negativamente 0,3% e 3,9%, respectivamente, de janeiro a junho de 2009, quando comparado com o mesmo período do ano anterior (ver Tabela 12).

A importação de celulose permaneceu no mesmo patamar do primeiro semestre de 2008, enquanto a exportação teve aumento 18%.

O consumo aparente (produção interna mais importação subtraído as exportações) apresentou taxa de -19,1% no

primeiro semestre de 2009, relativamente ao período correspondente em 2008.

GRÁFICO 6
Índice da Produção Física da Indústria de Celulose, Papel e Produtos de Papel no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009
(base: julho/08=100)



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

A produção em toneladas de papel apresentou taxas negativas para importação (-28,9), exportação (-7,4%) e consumo aparente (-6,8%), quando comparado o primeiro semestre de 2009 em contrapartida ao de 2008.

A balança comercial da indústria do papel e celulose em US\$ milhões de dólares (FOB – Livre de fretes) no primeiro semestre de 2009 refletiu os efeitos da crise sobre o setor, que mesmo tendo saldo positivo de US\$1.703 milhões (US\$1.381 milhões proveniente do saldo de celulose e US\$322 milhões de papel)

resultou em variação negativa na relação com o mesmo período do ano anterior, segundo a Bracelpa.

TABELA 12
Produção, Importação e Exportação de Papel e Celulose no Brasil
– 2007 a 2009*

(Em 1.000 toneladas)						
Celulose	Jan-Jun ⁽²⁾					
	2007	2008	%	2008	2009	%
Produção	11.997	12.697	5,83	6.344	6.323	-0,33
Importação ⁽¹⁾	291	325	11,68	153	153	0,00
Exportação	6.484	7.040	8,57	3.292	3.884	17,98
Consumo Aparente	5.804	5.982	3,07	3.205	2.592	-19,13
Papel						
Papel	Jan-Jun ⁽²⁾					
	2007	2008	%	2008	2009	%
Produção	9.010	9.409	4,43	4.673	4.491	-3,89
Importação ⁽¹⁾	1.126	1.328	17,94	641	456	-28,86
Exportação	2.006	1.982	-1,20	1.037	960	-7,43
Consumo Aparente	8.130	8.755	7,69	4.277	3.987	-6,78
Fonte: SECEX/Bracelpa						
⁽¹⁾ Dados preliminares						
⁽²⁾ Dados revisados						

* De janeiro a julho de 2009.

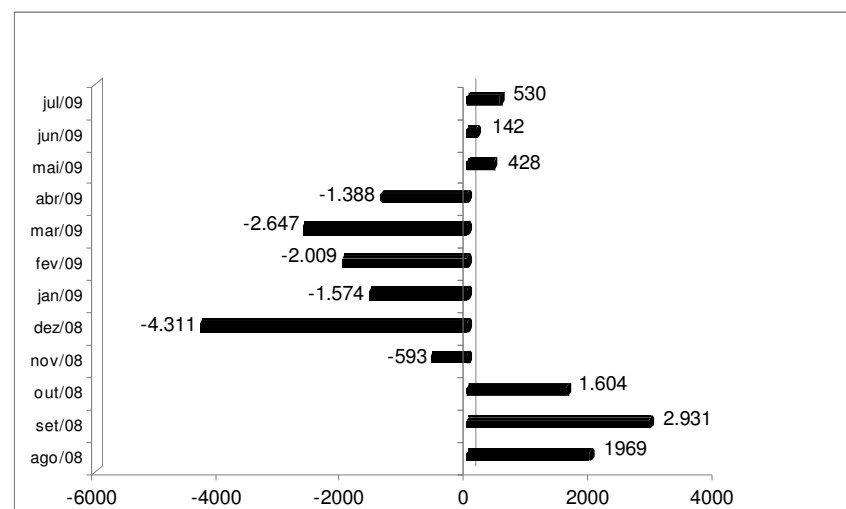
Na primeira metade de 2009, ocorreu um redirecionamento do destino das exportações de celulose, com aumento da participação da China de 20% para 34% e redução do percentual da Europa de 51% para 37%, o que pode ser explicado pela queda da atividade econômica nos países europeus em consequência da crise financeira mundial.

As informações da Bracelpa sobre as vendas domésticas de papel em toneladas vêm reforçar a recuperação deste setor, especialmente o resultado de junho, que quase se igualou ao mesmo mês do ano anterior.

A evolução no mercado formal de trabalho é outro indicador que evidenciou a retomada da geração de postos de trabalho, a partir de maio de 2009, depois de seis meses de redução de emprego (neste período foram reduzidos 12.522 postos de trabalho no setor).

Em julho gerou-se 530 novos empregos no mercado formal, o que somado à melhoria do nível de produção dá indícios de que a atividade começa o processo de recuperação também no setor de papel e celulose.

GRÁFICO 7
Evolução do Emprego Formal na Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica no Brasil – agosto de 2008 a julho de 2009



Fonte: CAGED/MTE
Elaboração: DIEESE

O setor de papel e celulose possuía em 31 de dezembro de 2008, segundo dados da RAIS/M.T.E, 385.555 empregados

formais no Brasil. A região sudeste é a que possuía o maior número de trabalhadores 228.762, seguido pela região sul com 92.335 e o nordeste com 37.914.

TABELA 13

Número de Emprego e Remuneração Média na Indústria de Papel e Celulose no Brasil por Região e por Estados – RAIS/2008

REGIÕES	UF	Empregos				Remuneração R\$			
		2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %	2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %
	Total	9.513	10.016	503	5,29				
NORTE	RO	926	887	-39	-4,21	766,01	815,35	49	6,44
	AC	200	222	22	11,00	850,86	847,27	-4	-0,42
	AM	4.225	4.215	-10	-0,24	1.363,25	1.328,31	-35	-2,56
	RR	154	174	20	12,99	676,09	687,13	11	1,63
	PA	3.259	3.646	387	11,87	1.658,78	1.580,19	-79	-4,74
	AP	221	344	123	55,66	806,45	709,85	-97	-11,98
	TO	528	528	0	0,00	943,27	938,24	-5	-0,53
	Total	34.830	37.914	3.084	8,85				
NORDESTE	MA	1.722	1.907	185	10,74	953,84	976,76	23	2,40
	PI	978	1.086	108	11,04	718,71	702,90	-16	-2,20
	CE	6.682	7.004	322	4,82	878,98	881,98	3	0,34
	RN	2.029	2.073	44	2,17	849,85	863,20	13	1,57
	PB	3.150	3.309	159	5,05	903,24	889,38	-14	-1,54
	PE	8.572	9.855	1.283	14,97	1.285,47	1.302,29	17	1,31
	AL	1.014	1.094	80	7,89	906,45	921,42	15	1,65
	SE	1.400	1.457	57	4,07	775,87	873,15	97	12,54
	BA	9.283	10.129	846	9,11	1.881,22	1.786,70	-95	-5,02
		Total	222.951	228.762	5.811	2,61			
SUDESTE	MG	26.405	27.450	1.045	3,96	1.260,44	1.274,18	14	1,09
	ES	5.246	5.612	366	6,98	2.536,15	2.156,76	-379	-14,96
	RJ	30.398	30.963	565	1,86	1.784,62	1.725,07	-60	-3,34
	SP	160.902	164.737	3.835	2,38	2.268,18	2.220,59	-48	-2,10
	Total	89.660	92.335	2.675	2,98				
SUL	PR	34.445	36.357	1.912	5,55	1.503,18	1.617,56	114	7,61
	SC	26.067	26.892	825	3,16	1.395,01	1.346,84	-48	-3,45
	RS	29.148	29.086	-62	-0,21	1.348,70	1.344,80	-4	-0,29
		Total	15.104	16.528	1.424	9,43			
CENTRO-OESTE	MS	2.223	2.737	514	23,12	922,06	1.624,61	703	76,19
	MT	1.859	2.250	391	21,03	863,87	892,91	29	3,36
	GO	6.889	7.308	419	6,08	1.056,75	1.085,14	28	2,69
	DF	4.133	4.233	100	2,42	2.210,05	2.210,35	0	0,01
	BRASIL	372.058	385.555	13.497	3,63	1.797,94	1.774,03	-24	-1,33

Fonte: RAIS

Elaboração: DIEESE

A remuneração média nacional do setor foi de R\$1.774,03, -1,3% abaixo do montante apurado em 31 de dezembro de 2007.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

O estado de São Paulo apresentou a maior remuneração média de R\$2.220,59 (2,2% menor do que o valor de 2007), seguido pelo Distrito Federal (R\$2.210,35), Espírito Santo (R\$2.156,76) e Bahia (R\$1.786,70).

As menores remunerações médias são encontradas nos estados de Roraima (R\$687,13), Piauí (R\$702,90), Amapá (R\$709,85) e Rondônia (R\$815,35).

II.1.2 Setor Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos

A indústria têxtil e do vestuário apresentou queda na produção desde agosto do ano 2008, se comparado com julho desse mesmo ano. Essa situação foi agravada com os impactos da crise no setor, principalmente a partir de novembro de 2008.

Os dados divulgados pelo IBGE, sobre o índice de produção do setor, evidenciam que apesar de o índice de produção não ter caído abaixo de 82,6 (índice de dezembro, o menor no intervalo entre agosto de 2008 e julho de 2009), em relação a julho de 2008, permaneceu gravitando entre 88 e 90 nos primeiros 6 meses de 2009 (Gráfico 8).

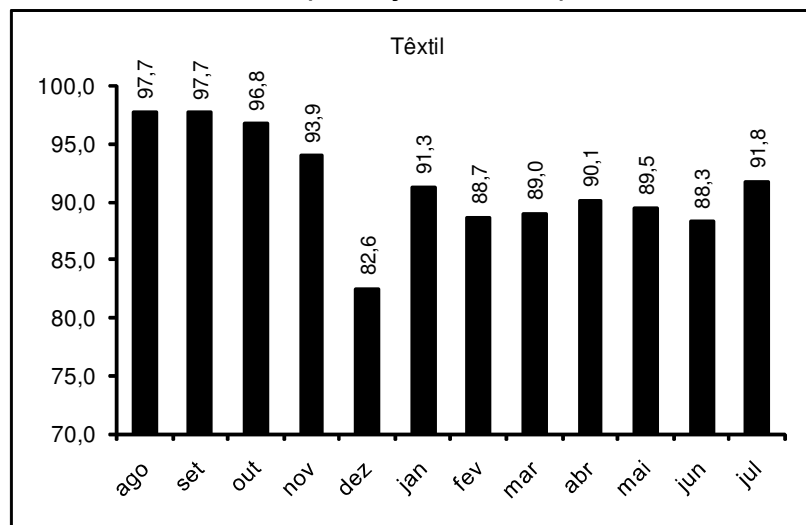
Tal situação é revertida em julho de 2009, quando com a queda na variação negativa de -11,7% (taxa de junho) para -8,2% em comparação com julho do ano anterior, sinaliza-se uma retomada da produção aos níveis pré crise.

Esse cenário de recuperação no setor esta alinhado com os dados do CAGED, que demonstram curva ascendente na geração de postos de trabalho nos meses de abril (328), maio (2.124), junho (2.570) e julho (6.133) (ver Gráfico 9).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

GRÁFICO 8

Índice da Produção Física da Indústria de Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009 (base: julho/08=100)



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

O setor têxtil e de vestuário apresentou no final de 2008, um estoque de empregos formais de 955.408, segundo dados da RAIS. Este número é 2,18% maior do que o observado em 31/12/2007. A remuneração média nacional teve acréscimo de 2,67%, em relação ao correspondente de 2007, chegando a R\$878,61.

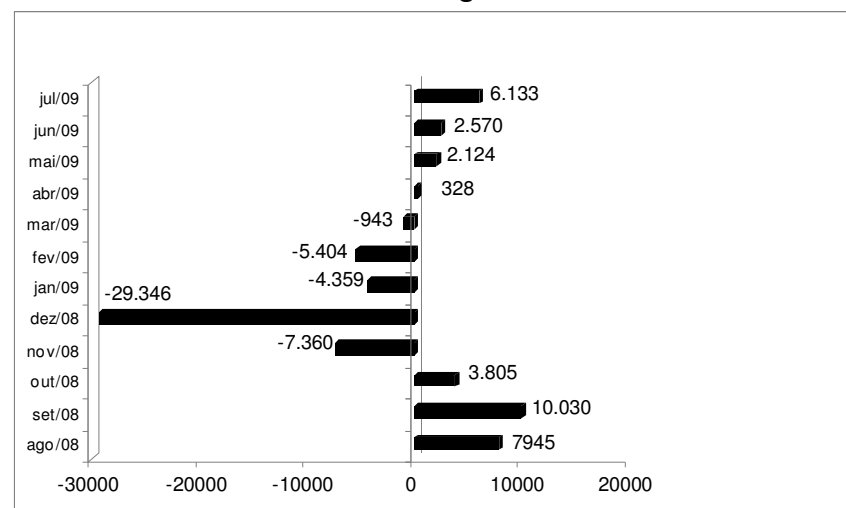
A região sudeste é a que mais empregava trabalhadores formais neste setor no final de 2008, correspondendo a 477.645 (aumento de 1,27% em relação ao estoque de 2007 - RAIS), seguido pela região sul com 273.908, crescimento de 3,83% em relação aos dados de 2007.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

A maior remuneração média do setor têxtil e do vestuário era paga no estado de São Paulo, no valor de R\$897,13, crescimento de 6,95% quando comparado com os dados de 2007. Em segunda colocação tem-se o estado de Santa Catarina com remuneração média de R\$1.057,63, e na seqüência o estado do Rio Grande do Sul (R\$942,91).

GRÁFICO 9

Evolução do Emprego Formal na Indústria Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009



Fonte: CAGED/MTE
Elaboração: DIEESE

As menores remunerações médias ficaram por conta dos estados de Roraima com R\$452,04, evidenciando queda de 3,65% em relação ao valor apurado em 31 de dezembro de 2007, seguido por Maranhão (R\$502,20), Piauí (R\$503,39), Amapá (R\$523,92), Tocantins (R\$570,97).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 14
Número de Emprego e Remuneração Média na Indústria Têxtil e do Vestuário no Brasil por Região e por Estados – RAIS/2008

REGIÕES	UF	Empregos				Remuneração R\$			
		2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %	2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %
	Total	6.628	6.693	65	0,98				
NORTE	RO	878	996	118	13,44	586,15	583,20	-3	-0,50
	AC	194	212	18	9,28	526,25	591,68	65	12,43
	AM	1.510	1.616	106	7,02	572,16	629,70	58	10,06
	RR	22	31	9	40,91	469,19	452,04	-17	-3,65
	PA	3.391	3.171	-220	-6,49	570,75	602,28	32	5,52
	AP	68	108	40	58,82	509,92	523,92	14	2,74
	TO	565	559	-6	-1,06	533,72	570,97	37	6,98
	Total	152.859	162.092	9.233	6,04				
NORDESTE	MA	1.417	1.551	134	9,46	502,88	502,20	-1	-0,13
	PI	3.878	4.434	556	14,34	490,13	503,39	13	2,71
	CE	58.046	62.706	4.660	8,03	646,18	634,76	-11	-1,77
	RN	26.371	29.478	3.107	11,78	814,10	707,00	-107	-13,16
	PB	12.294	11.866	-428	-3,48	783,79	867,95	84	10,74
	PE	21.908	22.950	1.042	4,76	579,63	591,56	12	2,06
	AL	1.865	1.705	-160	-8,58	755,48	851,74	96	12,74
	SE	6.869	6.752	-117	-1,70	757,79	764,36	7	0,87
	BA	20.211	20.650	439	2,17	615,80	646,01	30	4,91
		Total	471.634	477.645	6.011	1,27			
SUDESTE	MG	110.528	112.268	1.740	1,57	650,29	664,49	14	2,18
	ES	17.536	16.976	-560	-3,19	597,48	626,52	29	4,86
	RJ	57.125	57.718	593	1,04	706,67	717,38	11	1,52
	SP	286.445	290.683	4.238	1,48	1.070,32	1100,94	31	2,86
	Total	263.804	273.908	10.104	3,83				
SUL	PR	80.681	85.059	4.378	5,43	688,64	733,94	45	6,58
	SC	151.160	155.134	3.974	2,63	1.013,85	1057,63	44	4,32
	RS	31.963	33.715	1.752	5,48	915,49	942,91	27	2,99
		Total	34.462	35.070	608	1,76			
CENTRO-OESTE	MS	6.267	6.663	396	6,32	673,62	807,21	134	19,83
	MT	2.920	3.069	149	5,10	821,41	848,87	27	3,34
	GO	24.129	23.979	-150	-0,62	617,50	631,42	14	2,25
	DF	1.146	1.359	213	18,59	687,95	732,55	45	6,48
	BRASIL	929.387	955.408	26.021	2,80	855,73	878,61	23	2,67

Fonte: RAIS

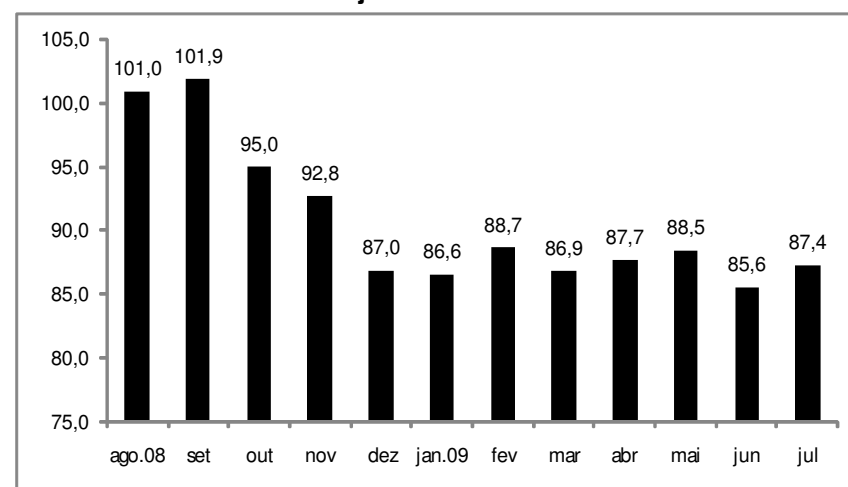
Elaboração: DIEESE

II.1.3 Setor Calçadista

A produção do setor de calçados apresenta resistência em retornar ao nível de julho de 2008. De outubro de 2008 a janeiro de 2009, os dados apresentados evidenciam uma trajetória de queda da produção, atingindo 86,6% do que era em julho do ano passado (ver Gráfico 10).

No decorrer de 2009, o setor calçadista permaneceu num patamar de produção estável, apresentando resultado mais razoável em julho, seguindo o desempenho mais geral da indústria, reduzindo de -14,4% (em junho) para -12,6%, sob a comparação com o mês de julho de 2008.

GRÁFICO 10
Índice da Produção Física da Indústria de Calçado e Artigos de Couro no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009 (base: julho/08=100)



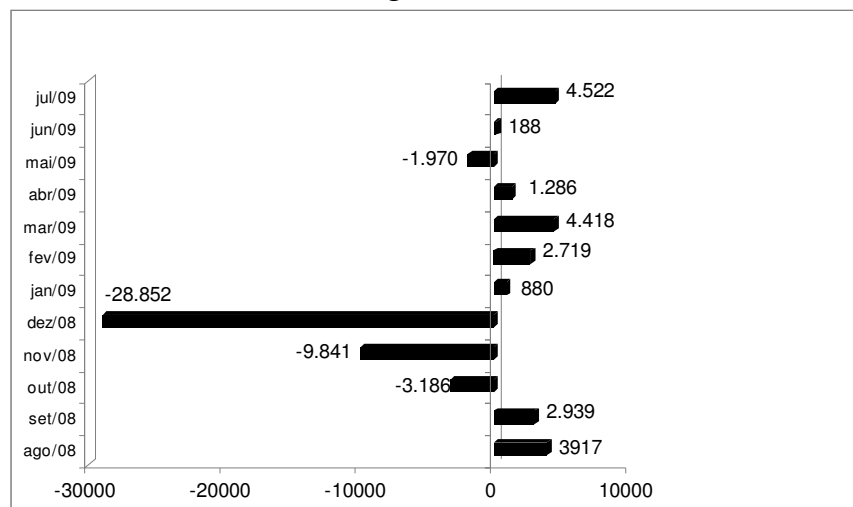
Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Neste contexto, os dados do CAGED são mais animadores ao demonstrarem que o período mais crítico no âmbito da evolução do emprego formal foram os meses de outubro a dezembro de 2008, no setor de calçados e artigos de couro.

Em 2009, o contexto gerador de empregos formais resultou em desempenho positivo, exclusive o mês de maio que apresentou redução de 1.970 postos de trabalho. No entanto, nos meses de junho e julho o setor respondeu por 4.710 novos empregos.

GRÁFICO 11
Evolução do Emprego Formal na Indústria de Calçados e Artigos de Couro no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009



Fonte: MTE/CAGED
Elaboração: DIEESE

TABELA 15
Número de Emprego e Remuneração Média na Indústria de Calçados e Artigos de Couro no Brasil por Região e por Estados – RAIS/2008

REGIÕES	UF	Empregos				Remuneração R\$			
		2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %	2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %
	Total	226	281	55	24,34				
NORTE	RO	0	6	6		709,08	768,63	60	8,40
	AC	0	2	2		0,00	431,60	432	
	AM	21	18	-3	-14,29	993,60	839,91	-154	-15,47
	RR	0	6	6		447,22	487,56	40	9,02
	PA	193	219	26	13,47	665,09	665,44	0	0,05
	AP	0	0	0		0,00			
	TO	12	30	18	150,00	451,66	543,69	92	20,38
	Total	100.523	99.889	-634	-0,63				
NORDESTE	MA	20	42	22	110,00	412,94	451,51	39	9,34
	PI	99	69	-30	-30,30	468,09	473,37	5	1,13
	CE	52.962	49.832	-3.130	-5,91	599,73	599,11	-1	-0,10
	RN	1.375	1.043	-332	-24,15	854,62	884,72	30	3,52
	PB	13.029	12.350	-679	-5,21	700,38	717,35	17	2,42
	PE	1.692	1.627	-65	-3,84	724,69	807,12	82	11,37
	AL	82	53	-29	-35,37	493,00	496,57	4	0,72
	SE	3.001	3.364	363	12,10	577,80	636,44	59	10,15
	BA	28.263	31.509	3.246	11,48	614,21	656,82	43	6,94
		Total	83.251	79.098	-4.153	-4,99			
SUDESTE	MG	26.182	26.325	143	0,55	569,30	602,92	34	5,91
	ES	1.286	1.128	-158	-12,29	691,05	806,99	116	16,78
	RJ	1.346	1.285	-61	-4,53	824,87	842,42	18	2,13
	SP	54.437	50.360	-4.077	-7,49	802,47	844,39	42	5,22
	Total	129.660	124.098	-5.562	-4,29				
SUL	PR	2.008	2.648	640	31,87	709,22	759,10	50	7,03
	SC	7.307	7.316	9	0,12	838,80	897,13	58	6,95
	RS	120.345	114.134	-6.211	-5,16	846,90	887,77	41	4,83
		Total	2.841	3.218	377	13,27			
CENTRO-OESTE	MS	1.116	1.420	304	27,24	576,38	613,96	38	6,52
	MT	87	60	-27	-31,03	559,02	597,16	38	6,82
	GO	1.580	1.663	83	5,25	595,92	621,20	25	4,24
	DF	58	75	17	29,31	757,98	643,60	-114	-15,09
	BRASIL	316.501	306.584	-9.917	-3,13	739,75	769,75	30	4,06

Fonte: RAIS
Elaboração: DIEESE

O setor calçadista e artigos de couro apresentaram no final de 2008, estoque de 306.584 empregos formais, segundo dados da RAIS. Esta quantidade de emprego é 3,13% menor do que o observado em 31/12/2007. Em sentido oposto, a remuneração média teve acréscimo de 4,06%, em relação à mesma data do ano de 2007, chegando a R\$769,75 (Tabela 15).

A região sul é a que mais emprega trabalhadores formais neste setor, correspondendo a 124.098 (queda de 4,29% em relação ao estoque de 2007 - RAIS). A remuneração média do setor de calçados e artigos de couro mais elevada era paga em Santa Catarina, no valor de R\$897,13, crescimento de 6,95% quando comparado com os dados de 2007.

As menores remunerações médias foram encontradas nos estados do Acre (R\$431,60), do Maranhão (R\$451,51), Piauí (R\$473,37), Roraima (R\$487,56) e Alagoas (R\$496,57), segundo a RAIS de 2008 (posição em 31/12/2008).

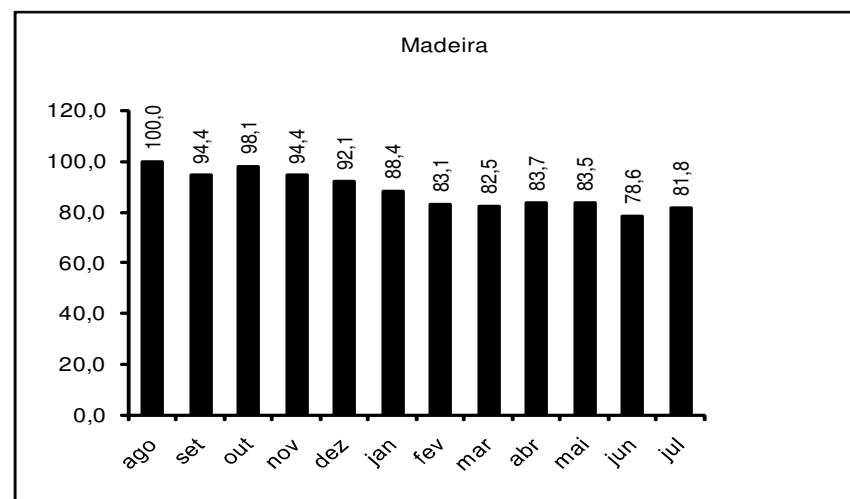
II.1.4 Setor Madeira e Mobiliário

A produção do setor de madeira apresentou variações negativas maiores que o mobiliário, que duraram até junho de 2009, quando atingiu a maior taxa de queda em comparação com julho de 2008, 21,4%. Em julho de 2009 tem início uma leve redução da queda para -18,2% (ver Gráfico 12-a).

O setor mobiliário teve resultados negativos mais concentrados no final de 2008 e nos cinco primeiros meses de 2009, mas em junho e julho já apresentava retomada da produção em nível mais próximo do verificado em julho de 2008, chegando a 94,3% da produção deste mês que antecedeu a crise (ver Gráfico 12-b).

No tocante à geração de emprego formal no setor de madeira e mobiliário percebe-se que ocorreu variação negativa de novembro de 2008 a junho de 2009, porém no decorrer do período houve redução gradual da taxa negativa e recuperação de 928 postos de trabalho em julho de 2009 (Gráfico 13).

GRÁFICO 12-a
Índice da Produção Física da Indústria da Madeira e Mobiliário no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009 (base: julho/08=100)



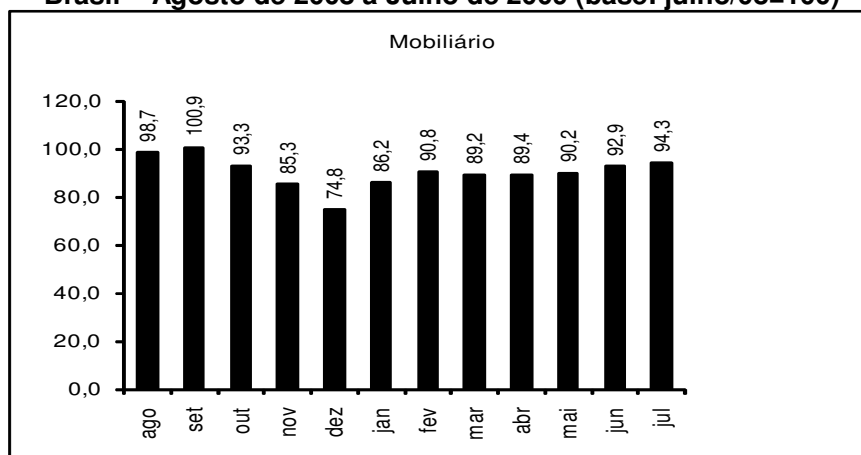
Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

O setor de madeira e mobiliário possuía no mercado formal 439.846 trabalhadores no final do ano de 2008, 2,68% a menos que os dados da RAIS de 2007. A região com maior estoque de empregos no setor é a sul, com 192.736 trabalhadores (redução de 2,83% em relação à posição de 31 de dezembro de 2007), seguido da região sudeste com 149.439, com acréscimo de 1,97% em relação a 2007 (Tabela 16).

A remuneração média do setor é de R\$936,20, 3,64% a mais que o montante apurado na RAIS de 2007. A maior remuneração média se encontra no estado de São Paulo ao valor de R\$1.209,70, 1,79% de acréscimo ao valor apurado no final de 2007 (ver Tabela 16).

GRÁFICO 12-b

Índice da Produção Física da Indústria da Madeira e Mobiliário no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009 (base: julho/08=100)

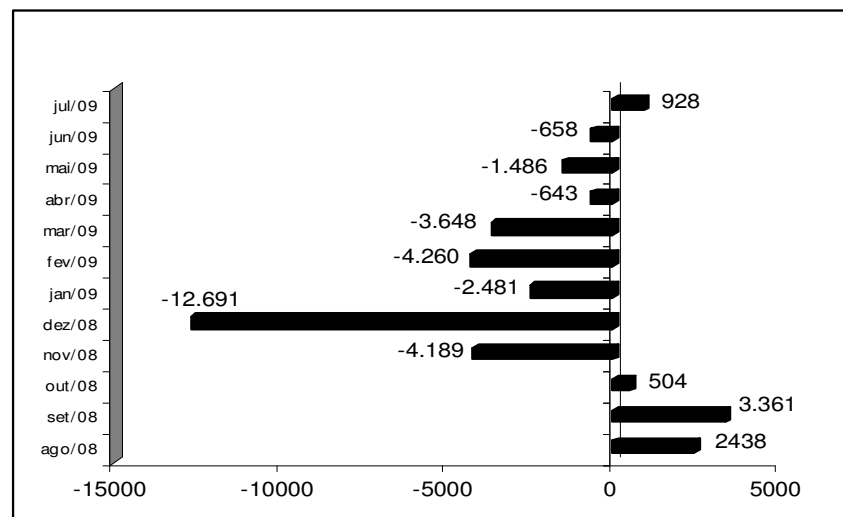


Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

As menores remunerações médias deste setor foram constatadas nos estados da Paraíba (com valor de R\$561,07, 1,91% acima do apurado no final de 2007), Sergipe (com o valor de R\$578,83, 1,2% abaixo do montante verificado em dezembro de 2007), Tocantis (R\$594,96) e Maranhão (R\$600,44).

GRÁFICO 13

Evolução do Emprego Formal na Indústria da Madeira e Mobiliário no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009



Fonte: MTE/CAGED
Elaboração: DIEESE

TABELA 16

Número de Emprego e Remuneração Média na Indústria da Madeira e Mobiliário no Brasil por Região e por Estados – RAIS/2008

REGIÕES	UF	Empregos				Remuneração R\$			
		2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %	2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %
	Total	49.443	39.631	-9.812	-19,85				
	RO	10.889	9.091	-1.798	-16,51	775,44	797,95	23	2,90
	AC	1.169	1.382	213	18,22	665,23	748,86	84	12,57
	AM	2.341	2.383	42	1,79	763,41	760,96	-2	-0,32
	RR	396	471	75	18,94	612,21	690,19	78	12,74
	PA	33.933	25.595	-8.338	-24,57	747,88	791,58	44	5,84
	AP	382	392	10	2,62	1.563,95	1575,67	12	0,75
	TO	333	317	-16	-4,80	564,71	594,96	30	5,36
	Total	28.158	28.757	599	2,13				
	MA	2.760	2.481	-279	-10,11	693,55	600,44	-93	-13,43
	PI	1.381	1.376	-5	-0,36	655,54	680,64	25	3,83
	CE	6.261	6.614	353	5,64	539,63	602,19	63	11,59
	RN	1.690	1.895	205	12,13	591,83	626,54	35	5,86
	PB	1.608	1.814	206	12,81	550,55	561,07	11	1,91
	PE	4.838	4.980	142	2,94	727,93	752,57	25	3,39
	AL	728	721	-7	-0,96	555,58	669,23	114	20,46
	SE	1.172	1.397	225	19,20	585,96	578,83	-7	-1,22
	BA	7.720	7.479	-241	-3,12	720,57	748,82	28	3,92
	Total	146.549	149.439	2.890	1,97				
	MG	40.871	42.011	1.140	2,79	750,33	758,25	8	1,05
	ES	8.707	8.412	-295	-3,39	702,32	736,36	34	4,85
	RJ	10.016	9.980	-36	-0,36	793,96	843,11	49	6,19
	SP	86.955	89.036	2.081	2,39	1.188,47	1209,70	21	1,79
	Total	198.341	192.736	-5.605	-2,83				
	PR	78.140	75.564	-2.576	-3,30	893,59	925,25	32	3,54
	SC	69.546	66.138	-3.408	-4,90	852,55	885,14	33	3,82
	RS	50.655	51.034	379	0,75	1.015,76	1059,01	43	4,26
	Total	29.478	29.283	-195	-0,66				
	MS	2.783	2.656	-127	-4,56	694,39	710,66	16	2,34
	MT	18.974	17.933	-1.041	-5,49	856,15	884,69	29	3,33
	GO	5.933	6.578	645	10,87	716,14	731,68	16	2,17
	DF	1.788	2.116	328	18,34	815,46	808,73	-7	-0,83
	BRASIL	451.969	439.846	-12.123	-2,68	903,33	936,20	33	3,64

Fonte: RAIS

Elaboração: DIEESE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

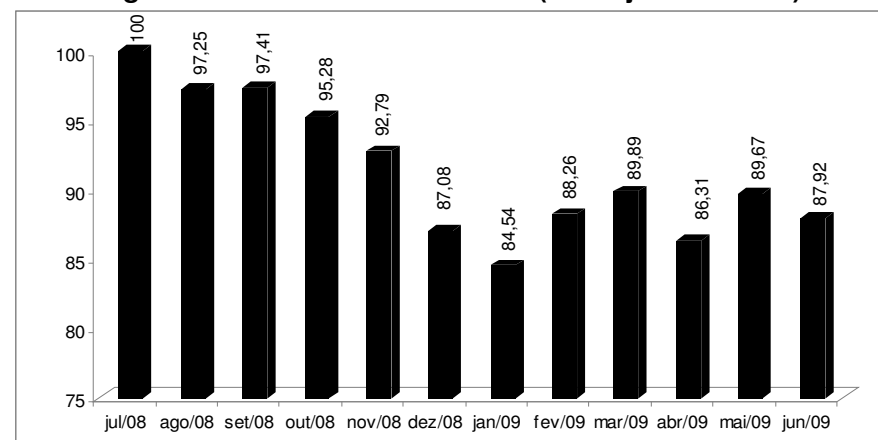
II.1.5 Setor da Construção Civil

O incentivo fiscal do governo, como a redução do IPI dos materiais de construção civil, a ampliação de financiamento habitacional, o programa Minha Casa, Minha Vida, bem como o PAC e os investimentos para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, tem gerado boas expectativas nos agentes econômicos e incentivado a aplicação de recursos em novos investimentos, especialmente os relacionados com a construção civil, gerando um cenário positivo para os próximos anos.

O volume de vendas no comércio de materiais de construção e a receita nominal de vendas destes materiais apresentaram resultados de recuperação da atividade, conforme evidencia os dados da pesquisa mensal de comércio realizada pelo IBGE (ver Gráficos 14 e 15).

GRÁFICO 14

Índice do Volume de Vendas de Materiais de Construção no Brasil – Agosto de 2008 a Junho de 2009 (base: julho/08=100)

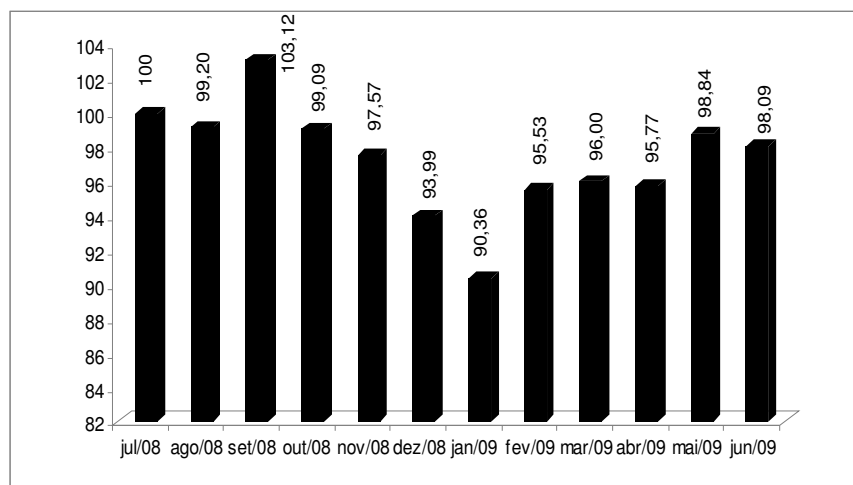


Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

GRÁFICO 15
Índice da Receita Nominal de Vendas de Materiais de Construção no Brasil – Agosto de 2008 a Julho de 2009 (base: julho/08=100)



Fonte: IBGE
 Elaboração: DIEESE

A evolução do emprego formal na construção civil, setor intensivo em mão-de-obra, foi fator relevante na recuperação e manutenção do consumo interno. As reduções de postos de trabalho no setor ocorreram apenas nos meses de novembro e dezembro de 2008.

A geração de novos empregos formais no setor de construção civil foi ascendente em 2009, atingindo em julho 32.175 novos empregos, acumulando saldo líquido de 111.580 (Gráfico 16).

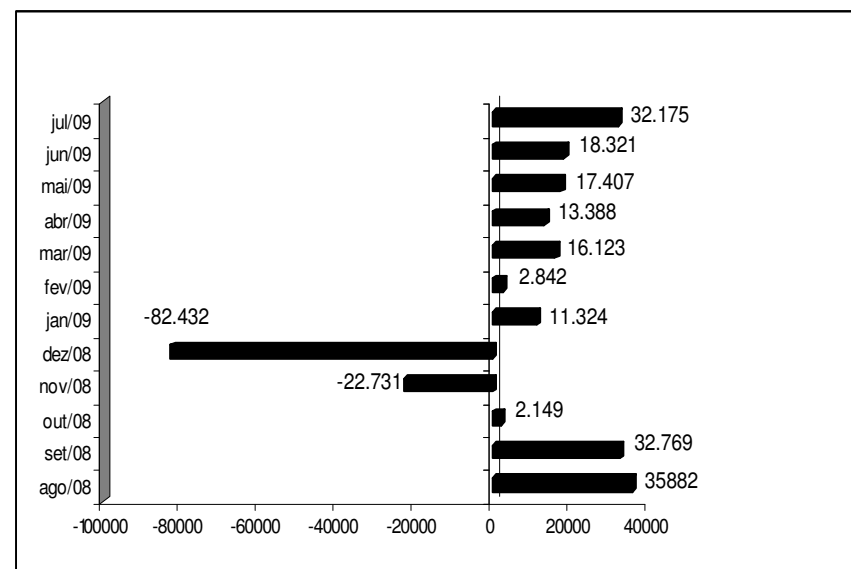
O setor de construção civil possuía um estoque de 1.914.596 empregos em 31 de dezembro de 2008, evidenciando um

crescimento de 18,33%, em comparação com a mesma data do ano anterior (Tabela 17).

A remuneração média nacional do setor é de R\$1.212,37, 7,76% maior do que no final de dezembro de 2007, dados da RAIS.

As menores remunerações médias foram encontradas em cinco estados, Roraima (R\$681,07), Acre (R\$755,56), Ceará (R\$766,75), Piauí (R\$767,53) e Paraíba (R\$773,42).

GRÁFICO 16
Evolução do Emprego Formal na Indústria da Construção Civil no Brasil – agosto de 2008 a julho de 2009



Fonte: MTE/CAGED
 Elaboração: DIEESE

TABELA 17
Número de Emprego e Remuneração Média na Indústria da
Construção Civil no Brasil por Região e por Estados – RAIS/2008

REGIÕES	UF	Empregos				Remuneração R\$			
		2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %	2007	2008	Var. Abs	Var Rel. %
	Total	98.771	113.987	15.216	15,41				
NORTE	RO	6.311	10.157	3.846	60,94	726,21	988,95	263	36,18
	AC	5.327	6.632	1.305	24,50	771,50	755,56	-16	-2,07
	AM	21.667	25.373	3.706	17,10	1.358,21	1380,21	22	1,62
	RR	3.937	4.264	327	8,31	676,95	681,07	4	0,61
	PA	44.629	50.956	6.327	14,18	1.055,06	1128,11	73	6,92
	AP	4.084	3.257	-827	-20,25	925,90	849,88	-76	-8,21
	TO	12.816	13.348	532	4,15	1.069,79	1102,98	33	3,10
	Total	298.121	364.452	66.331	22,25				
NORDESTE	MA	28.906	40.482	11.576	40,05	992,93	1124,87	132	13,29
	PI	12.597	19.575	6.978	55,39	741,58	767,53	26	3,50
	CE	38.020	45.715	7.695	20,24	749,83	766,75	17	2,26
	RN	25.707	28.578	2.871	11,17	787,71	891,21	103	13,14
	PB	18.621	29.925	11.304	60,71	664,14	773,42	109	16,45
	PE	54.190	69.720	15.530	28,66	886,56	1122,11	236	26,57
	AL	11.150	13.634	2.484	22,28	811,17	837,69	27	3,27
	SE	21.915	20.997	-918	-4,19	843,57	932,90	89	10,59
	BA	87.015	95.826	8.811	10,13	1.070,52	1179,50	109	10,18
		Total	869.470	1.010.801	141.331	16,25			
SUDESTE	MG	228.743	259.470	30.727	13,43	1.011,47	1076,24	65	6,40
	ES	47.668	54.331	6.663	13,98	944,06	1064,78	121	12,79
	RJ	158.096	182.636	24.540	15,52	1.404,39	1587,72	183	13,05
	SP	434.963	514.364	79.401	18,25	1.342,26	1422,51	80	5,98
	Total	220.783	267.816	47.033	21,30				
SUL	PR	76.802	97.194	20.392	26,55	1.000,87	1091,54	91	9,06
	SC	63.005	75.901	12.896	20,47	1.011,85	1071,77	60	5,92
	RS	80.976	94.721	13.745	16,97	1.065,56	1051,75	-14	-1,30
	Total	130.844	157.540	26.696	20,40				
CENTRO-OESTE	MS	21.018	24.546	3.528	16,79	899,97	971,14	71	7,91
	MT	24.844	27.898	3.054	12,29	1.001,45	1056,96	56	5,54
	GO	44.994	57.991	12.997	28,89	1.011,75	1114,30	103	10,14
	DF	39.988	47.105	7.117	17,80	1.335,95	1392,94	57	4,27
	BRASIL	1.617.989	1.914.596	296.607	18,33	1.125,07	1212,37	87	7,76

Fonte: RAIS

Elaboração: DIEESE

III – BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES NO 1º SEMESTRE DE 2009

Segundo estudo divulgado pelo DIEESE em agosto, sobre as negociações salariais de 245 categorias com data-base no primeiro semestre de 2009, houve melhoria nos reajustes salariais em comparação com o verificado em 2008

Em 2009, o percentual de negociações com reajustes iguais ou acima do INPC-IBGE ficou próximo a 93%, enquanto no ano anterior, 87% haviam apresentado desempenho positivo. Ou seja, a crise mundial teve pouco efeito sobre os resultados para este item de pauta, nas negociações coletivas.

Os resultados do estudo mostram que aumentou o percentual de reajustes salariais analisados que ficaram acima do INPC-IBGE, no primeiro semestre de 2009, em relação ao mesmo período de 2008. Houve significativa redução na proporção dos reajustes insuficientes para recuperar o poder de compra dos salários em 2009, ou seja, abaixo do índice de inflação acumulado.

Também foi destacada a maior ocorrência de aumentos reais acima de 4%, embora os reajustes tenham se concentrado em patamares bastante próximos ao índice inflacionário (Tabela 18).

Desta forma, o comportamento dos reajustes em 2009, na sua comparação com 2008, caracterizou-se por: redução no percentual de reajustes abaixo do INPC-IBGE; aumento na proporção de reajustes iguais ou pouco acima desse índice; e crescimento no número dos reajustes nas maiores faixas de ganho real.

TABELA 18
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	177	72,2	188	76,7
Mais de 5% acima	-	-	4	1,6
De 4,01% a 5% acima	2	0,8	4	1,6
De 3,01% a 4% acima	7	2,9	6	2,4
De 2,01% a 3% acima	14	5,7	15	6,1
De 1,01% a 2% acima	75	30,6	45	18,4
De 0,01% a 1% acima	79	32,2	114	46,5
Igual ao INPC-IBGE	36	14,7	39	15,9
De 0,01% a 1% abaixo	28	11,4	16	6,5
De 1,01% a 2% abaixo	4	1,6	2	0,8
Abaixo do INPC-IBGE	32	13,1	18	7,3
Total	245	100,0	245	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Refletindo o maior impacto da crise internacional sobre a indústria, observa-se neste setor aumento no percentual de reajustes salarial inferiores ao INPC-IBGE, que passou de 6% em 2008, para 9% em 2009; e uma redução significativa na magnitude dos aumentos reais. Isto pode ser constatado pelo aumento na proporção dos reajustes localizados na faixa de ganho real de até 1% – que passa a concentrar cerca de 58% das informações – e na redução no número de reajustes com ganhos reais superiores, em especial na faixa de 1,01% a 2% acima do INPC-IBGE.

Ainda assim, é no setor industrial que se observa a maior proporção de negociações que resultaram em aumentos reais de salários (83%), percentual muito próximo ao verificado em 2008 (Tabela 19).

TABELA 19
Distribuição dos reajustes salariais na indústria em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC-IBGE	83	84,7	81	82,7
Mais de 5% acima	0	-	1	1,0
De 4,01% a 5% acima	1	1,0	0	-
De 3,01% a 4% acima	4	4,1	1	1,0
De 2,01% a 3% acima	5	5,1	3	3,1
De 1,01% a 2% acima	46	46,9	19	19,4
De 0,01% a 1% acima	27	27,6	57	58,2
Igual ao INPC-IBGE	9	9,2	8	8,2
De 0,01% a 1% abaixo	5	5,1	8	8,2
De 1,01% a 2% abaixo	1	1,0	1	1,0
Abaixo do INPC-IBGE	6	6,2	9	9,3
Total	98	100,0	98	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Na Tabela 20 são apresentadas as proporções de reajustes iguais e acima do INPC-IBGE, em relação ao painel, para um conjunto de atividades econômicas selecionadas.

Dentre as atividades que fazem parte do setor industrial, a comparação entre os resultados de 2008 e 2009 revela uma

pequena redução no número de negociações com reajustes iguais e acima do INPC-IBGE para construção e mobiliário, indústria urbana e metalurgia, e a manutenção do comportamento para as demais atividades. Entre estas últimas destacam-se as negociações nas indústrias gráficas, têxteis e do vestuário, nas quais a totalidade dos acordos firmados trouxe reajustes iguais ou superiores ao índice.

O estudo também apurou que em 82% dos casos, os resultados acumulados dos reajustes em 2008 e 2009, incorporaram aumentos reais nos salários (acima da inflação), ou seja, percentual superior ao observado em cada ano, isoladamente.

No que diz respeito à forma de pagamento dos reajustes salariais, observa-se uma pequena redução no percentual de negociações que estipulam a sua concessão em uma única parcela. No entanto, essa forma mantém-se preponderante: em 2009, foram 94% dos reajustes pagos em uma única parcela, frente aos 97% verificados no ano anterior. Por conseguinte, aumenta o número de negociações com registros de pagamento parcelado do reajuste.

Semelhante estabilidade é perceptível na proporção das negociações com previsão de pagamento de reajustes escalonados e abonos salariais. Nos primeiros semestres de 2008 e 2009, o percentual de reajustes salariais escalonados se manteve em nível parecido – presente em 14% e em 16% das categorias estudadas, respectivamente – e o percentual daqueles pagos junto com abonos salariais manteve-se no patamar de 6%.

TABELA 20
Total de reajustes salariais e número e porcentagem de resultados iguais ou superiores ao INPC-IBGE, por setor e atividade econômica
Brasil - 2008 e 2009

Setor / Atividade Econômica	2008		2009		Painel
	nº	%	nº	%	
INDÚSTRIA	92	93,9	89	90,8	98
Alimentação	13	92,9	13	92,9	14
Construção e Mobiliário	20	100,0	19	95,0	20
Gráfica	8	100,0	8	100,0	8
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	16	94,1	15	88,2	17
Química e Farmacêutica	6	75,0	6	75,0	8
Fiação e Tecelagem	7	100,0	7	100,0	7
Urbana	6	75,0	5	62,5	8
Vestuário	10	100,0	10	100,0	10
COMÉRCIO	27	87,1	30	96,8	31
Varejista e Atacadista	19	86,4	22	100,0	22
SERVIÇOS	94	81,0	108	93,1	116
Comunicação, Publicidade e Empresas Jornalísticas	14	93,3	12	80,0	15
Educação	19	82,6	22	95,7	23
Segurança e Vigilância	14	100,0	14	100,0	14
Saúde	7	70,0	8	80,0	10
Transportes	8	100,0	8	100,0	8
Turismo e Hospitalidade	23	74,2	29	93,5	31
Total	213	86,9	227	92,7	245

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: (1) São apresentadas apenas as atividades econômicas com 7 ou mais negociações registradas no painel

(2) Nos totais por setor e total geral da tabela foram consideradas todas as unidades de negociação analisadas no estudo

O estudo conclui que a crise econômica internacional teve poucos efeitos sobre a negociação coletiva dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2009.

Contudo, nota-se a existência de comportamentos diferenciados no primeiro semestre deste ano, tendo havido piores resultados na indústria, pelo aumento no número de reajustes inferiores ao INPC-IBGE – da ordem de 3 pp (pontos percentuais) –, e uma significativa redução na magnitude dos ganhos reais. Entretanto, a proporção dos reajustes com ganhos reais (83%) manteve-se em patamar semelhante ao de 2008 (85%), e superior à observada no comércio (77%) e em serviços (72%).

Entre os fatores elencados para ajudar a compreender o comportamento dos reajustes no primeiro semestre de 2009, destacam-se:

- o ajuste das empresas ocorreu principalmente pela demissão de trabalhadores, e não pelos reajustes salariais das categorias;
- a crise na economia brasileira foi menos grave que o observado nos países centrais;
- a redução da inflação facilitou a negociação dos reajustes salariais; e
- a política de valorização do salário mínimo impulsionou o reajuste dos menores salários.

Ademais, é preciso destacar a importante atuação das entidades sindicais dos trabalhadores, que lograram obter em 2009, a elevação do patamar mínimo dos reajustes salariais, expresso pela redução no número de negociações com reajustes inferiores à inflação. Ressalte-se que este resultado foi obtido em detrimento da possível utilização pelos empresários do fator “crise econômica” como argumento dissuasório na negociação coletiva.

Por fim, o estudo conclui lembrando que o mercado de trabalho parece reagir e, mantendo-se essa tendência, é de se esperar resultados ainda mais positivos para o comportamento dos reajustes salariais para o segundo semestre de 2009.

IV - INDICADORES ECONÔMICOS

IV.1 - Mercado de Trabalho Metropolitano

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em julho de 2009 havia 3.029 mil pessoas desempregadas nas seis regiões metropolitanas (incluindo o Distrito Federal) abrangidas na pesquisa. Embora tenha havido aumento do contingente de desempregados no último mês, ele ficou abaixo do apurado para os meses de abril e maio passados.

TABELA 21
Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade nas Regiões Metropolitanas e no DF
Abril - Julho de 2009

INDICADORES	2009				Variações	
	Abr	Mai	Jun	Jul	Jul/09 / Abr/09	Jul/09 / Jul/08
População em Idade Ativa	32.941	32.982	33.034	33.087	0,4%	2,0%
População Economicamente Ativa	20.095	20.192	20.154	20.191	0,5%	0,8%
Ocupados	17.016	17.096	17.171	17.162	0,9%	0,4%
Desempregados	3.079	3.096	2.984	3.029	-1,6%	3,4%
Desemprego Aberto (total)	2.187	2.207	2.115	2.105	-3,7%	7,1%
Desemprego Oculto (total)	891	889	869	924	3,7%	-4,0%
Oculto pelo Trabalho Precário	598	595	587	630	5,4%	-2,8%
Oculto pelo Desalento	293	294	281	294	0,3%	-6,7%

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

O **nível de ocupação** nas regiões pesquisadas, que vinha crescendo desde abril, apresentou estabilidade, com oscilação de -0,1% no último mês. Este fato, aliado ao ingresso de 37 mil pessoas no mercado de trabalho, explica o aumento do desemprego em julho.

A **taxa de desemprego total** no último mês teve uma pequena alta, passando de 14,8% para 15,0% da população economicamente ativa entre junho e julho (Tabela 22). No período de abril a julho percebe-se uma pequena redução da taxa de desemprego total e, mais fortemente, da taxa de desemprego aberto. Cabe lembrar que em julho de 2008 a taxa de desemprego total estava em 14,6% da PEA, o que indica uma alta nos últimos dois anos de 0,4 pontos percentuais, ou 2,7%.

TABELA 22
Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF – Julho de 2009

Regiões	2008	2009				Variações relativas	
	Julho	Abr	Mai	Jun	Jul	Jul/09 / Abr/09	Jul/09 / Jul/08
Total metropolitana	14,6	15,3	15,3	14,8	15,0	-2,0%	2,7%
Belo Horizonte	9,6	10,8	11,0	11,0	11,0	1,9%	14,6%
Distrito Federal	15,8	17,5	17,0	16,4	15,9	-9,1%	0,6%
Porto Alegre	11,9	12,1	12,6	12,0	12,0	-0,8%	0,8%
Recife	21,6	20,7	20,4	19,4	18,9	-8,7%	-12,5%
Salvador	20,4	20,5	21,6	21,3	20,9	2,0%	2,5%
São Paulo	14,1	15,0	14,8	14,2	14,8	-1,3%	5,0%

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

No período de abril a julho a taxa de desemprego total apresentou tendências diferenciadas entre as regiões, com altas para Belo Horizonte e Salvador, e queda nas demais regiões. No entanto, mesmo nestas regiões nota-se declínio ou estabilidade

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

das taxas nos meses mais recentes da série. Apenas em São Paulo observou-se aumento na taxa de desemprego em julho de 2009. Entretanto, na comparação com igual mês do ano anterior, apenas Recife registra queda na taxa de desemprego total (Tabela 22).

Em termos setoriais, o nível ocupacional tem aumentado no **Comércio** e nos **Serviços**. Em julho, contudo, este último teve uma contração no nível de ocupação. A **Indústria** veio reduzindo os postos de trabalho entre abril e junho, tendo recuperado parte deles em julho. No caso da **Construção Civil** o total de ocupados mostrou-se oscilante neste último período, com alta em maio, queda em junho e nova recuperação em julho. Ainda assim, a Construção Civil se mostra o setor mais dinâmico na comparação em doze meses, com alta de 14,4% no nível de ocupação.

TABELA 23
Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade – Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 2008-2009

Trimestres	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Construção Civil (2)	Outros (3)	Em mil pessoas
Julho 2008	17.096	2.693	2.812	9.146	921	1.524	
Abr/2009	17.016	2.518	2.678	9.328	1.033	1.459	
Mai	17.096	2.502	2.683	9.388	1.052	1.471	
Jun	17.171	2.477	2.763	9.410	1.043	1.478	
Jul	17.162	2.490	2.795	9.333	1.054	1.490	
Variações relativas							
Jul09/Abr09	0,9	-1,1	4,4	0,1	2,0	2,1	
Jul09/Jul08	0,4	-7,5	-0,6	2,0	14,4	-2,2	

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Nota: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica nº 10 da PED-RMSP).

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Inclui reformas e reparações de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados.

Por **posição na ocupação**, houve estabilidade no nível de assalariamento total entre abril e julho deste ano, em função da

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

queda do emprego público (-1,1%) e elevação do assalariamento privado (0,2%). Cabe notar que o emprego assalariado no setor público teve redução em todos os meses do último quadrimestre, enquanto no setor privado o emprego assalariado aumentou até junho, encerrando o período em queda. Além disso, fica evidente a redução do assalariamento sem carteira de trabalho assinada. No período quadrimestral, teve desempenho melhor a ocupação de autônomos e de empregados domésticos (Tabela 24).

TABELA 24
Estimativas de Ocupados por posição na ocupação – Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 2008-2009

Trimestres	Total	Assalariados					Autônomos	Empregados Domésticos	Outros (2)
		Total	Setor Público	Setor Privado					
				Total	Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada			
Julho 2008	17.096	11.378	1.903	9.482	7.552	1.930	3.096	1.390	1.232
Abril 2009	17.016	11.442	1.894	9.547	7.766	1.781	3.007	1.325	1.242
Mai	17.096	11.476	1.880	9.587	7.801	1.786	3.034	1.344	1.242
Jun	17.171	11.524	1.876	9.647	7.902	1.745	3.104	1.359	1.184
Jul	17.162	11.443	1.873	9.568	7.862	1.707	3.159	1.360	1.200
Variações relativas									
Jul09/Abr09	0,9	0,0	-1,1	0,2	1,2	-4,2	5,1	2,6	-3,4
Jul09/Jul08	0,4	0,6	-1,6	0,9	4,1	-11,6	2,0	-2,2	-2,6

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Nota: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica nº 10 da PED-RMSP).

(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

No período entre março e junho, no conjunto das regiões pesquisadas, os **rendimentos médios** reais de ocupados e assalariados tiveram comportamentos diferenciados. Os rendimentos dos ocupados diminuíram em -0,9%, passando a valer R\$ 1.212. Enquanto isso, o rendimento médio real dos assalariados aumentou 0,2%, chegando ao valor de R\$ 1.285.

TABELA 25
Rendimento Médio Real Trimestral e Índices do Rendimento Médio Real Trimestral dos Ocupados e Assalariados Regiões Metropolitanas (1)

Trimestres	Ocupados (2)	Assalariados (3)
	Média	Média
Jun/2008	1.204	1.291
Mar/2009	1.212	1.281
Abr	1.216	1.294
Mai	1.201	1.278
Jun	1.202	1.285
Variações relativas		
Jun09/Mar09	-0,9	0,2
Jun09/Jun08	-0,2	-0,5

Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

(2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

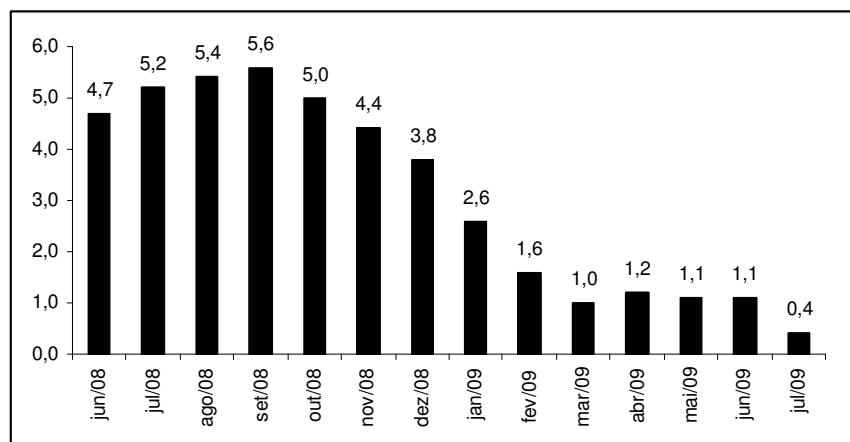
Nota 1: Inflator utilizado: IPCA/BH/IEPAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP. Valores em reais de junho de 2009.

Nota 2: Os indicadores de rendimentos de junho, julho e agosto de 2007 da PED - Região Metropolitana de Porto Alegre foram recalculados. A mudança nos dados ocorreu por pequenos ajustes feitos na renda de junho de 2007, que acarretou alteração nos indicadores dos três meses citados. Devido a este fato, os dados de renda do Boletim Metropolitano da PED, para estes mesmos períodos, também foram recalculados.

Nota 3: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica nº 10 da PED-RMSP).

Nos últimos 12 meses, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas cresceu apenas 0,4%. Esta taxa é muito inferior à variação registrada no mesmo mês de 2008 (Gráfico 17), e também menor do que o verificado nos demais meses do último quadrimestre.

GRÁFICO 17
Variação Anual ⁽¹⁾ da Ocupação nas Regiões Metropolitanas
⁽²⁾
2008-2009



Fonte: Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

menor que a de julho (0,49%). Os grupos que mais pressionaram a inflação foram Saúde (1,03%), Transporte (0,50%) e Habitação (0,30%), com contribuição conjunta de 0,29 pp no cálculo do ICV, sendo responsáveis, na prática, pela inflação de agosto. Quanto às reduções foram observadas nos grupos: Vestuário (-0,28%) e Despesas Pessoais (-0,28%). Já Alimentação (0,08%) e Equipamento Doméstico (0,14%) registraram pequenas taxas positivas.

IV.2 – Taxas de Inflação

IV.2.1 – ICV-DIEESE

O Índice do Custo de Vida no município de São Paulo (ICV-DIEESE) é calculado pelo DIEESE desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares.

Em agosto de 2009, o custo de vida no município de São Paulo apresentou taxa de 0,30%, ou seja, 0,19 ponto percentual (pp)

TABELA 26
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxas, contribuições e porcentagem
Por grupos e subgrupos agosto de 2009
Município de São Paulo

Grupos e subgrupos	Variação (%)	Contribuição (pp.)	Peso (%)
Total Geral	0,30	0,30	100,00
. Saúde	1,03	0,14	13,90
Assistência médica	1,29	0,14	11,04
Medicamentos e produtos farmacêuticos	0,00	0,00	2,82
. Transporte	0,50	0,08	15,39
Individual	0,58	0,06	10,82
Coletivo	0,32	0,01	4,58
. Habitação	0,30	0,07	23,18
Locação, impostos e condomínio	1,03	0,06	6,24
Operação do domicílio	-0,11	-0,01	13,45
Conservação do domicílio	0,58	0,02	3,49
. Alimentação	0,08	0,02	27,91
<i>In natura</i> e semielaborados	0,23	0,03	11,98
Indústria da alimentação	-0,36	-0,04	10,22
Fora do domicílio	0,58	0,03	5,71
. Equipamento Doméstico	0,14	0,00	3,28
Eletrodomésticos	-0,07	0,00	1,56
Utensílios	1,45	0,01	0,50
Móveis	-0,16	0,00	1,03
Rouparia	0,01	0,00	0,19
. Vestuário	-0,28	-0,01	2,76
Roupas	-0,50	-0,01	1,52
Calçados	0,12	0,00	1,09
. Despesas Pessoais	-0,28	-0,01	3,92
Higiene e beleza	-0,50	-0,01	2,17
Fumo e acessórios	0,00	0,00	1,74

Fonte: DIEESE

Índices por estrato de renda

Além do índice geral, o DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís da renda das famílias paulistanas. Em agosto, os estratos 1 e 2 apresentaram a mesma taxa (0,24%) enquanto para o 3º a alta chegou a 0,35%. O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49 em jun/96); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17 em jun/96) e o 3º estrato reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90 em jun/96).

TABELA 27
Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)
Taxa Geral e por estrato de renda
Município de São Paulo – julho e agosto de 2009

Índices	Julho de 2009 (%)	Agosto de 2009 (%)	Diferença (pp.)
Geral	0,49	0,30	-0,19
Estrato 1	0,73	0,24	-0,49
Estrato 2	0,54	0,24	-0,30
Estrato 3	0,39	0,35	-0,04

Fonte: DIEESE

Inflação acumulada

Nos últimos 12 meses - entre setembro de 2008 e agosto de 2009 - o ICV-DIEESE acumula alta de 3,75%. Ao se considerar os diferentes estratos, as taxas são distintas: estrato 1, 3,31%; estrato 2, 3,27% e estrato 3, 4,11%. Neste ano, entre janeiro e agosto, a inflação medida pelo DIEESE é de 2,53%. A maior variação (2,70%) foi detectada para o 3º estrato, enquanto para os dois

outros foram registradas taxas menores: 2,18%, para o 2º e 2,46%, para o 1º.

Análise dos alimentos

A taxa do grupo Alimentação (1,62%), entre janeiro e agosto de 2009, apesar de muito menor que a de igual período de 2008 (9,02%), não foi suficiente para compensar a extraordinária alta praticada naquele ano. De janeiro de 2008 até agosto, a Alimentação acumula alta de 11,7%, superior ao índice Total (8,8%). Os subgrupos referentes aos produtos in natura e semielaborados (9,3%) e à indústria alimentícia (10,9%), apresentaram variações semelhantes. A alimentação fora do domicílio (18,6%) foi o subgrupo que mais subiu, porém, dado o seu peso representar apenas 1/5 da Alimentação, seu impacto não foi muito significativo.

No caso dos demais grupos, os grandes aumentos nos alimentos, em 2008, tiveram origem nos preços dos bens do mercado externo, classificados como commodities. Com relação às carnes, verifica-se que a bovina, nos 20 meses considerados, teve alta de 15,33%, e a suína de 10,40%. Já o frango acumula alta de 15,57%. Os óleos derivados de commodities como soja e milho tiveram, nos 20 meses, variação negativa de 4,54%. Já o arroz, acumula alta de 21,5%, em agosto, devido ao aumento do seu preço no mercado internacional. Com relação ao açúcar, a quebra na safra da Índia elevou a exportação brasileira do produto, permitindo que seu preço subisse, internamente, 43,15%, nos 20 meses analisados.

IV.2.2 IPCA e INPC-IBGE

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

Em agosto o IPCA manteve uma trajetória de redução apresentando variação de 0,15%, o que significa 0,09 ponto percentual abaixo da taxa de 0,24% registrada no mês de julho. A redução da inflação é mais bem percebida ao se comparar a taxa acumulada neste ano até agosto, que fechou em 2,97%, bem abaixo dos 4,48% apurados em igual período de 2008.

Da mesma forma, considerando os últimos doze meses, o resultado de 4,36%, em agosto, ficou menor do que a taxa relativa aos doze meses imediatamente anteriores (4,50%).

Em agosto notou-se estabilidade dos preços de alimentação e bebidas e de comunicação, além de pequenas reduções em outros dois grupos de preços. As altas mais expressivas, por outro lado, se verificaram nos custos com habitação e educação. Estes grupos, além do relativo às despesas pessoais e saúde e cuidados pessoais, foram os que apresentaram maiores altas no ano.

TABELA 28

Varição mensal e acumulada dos grupos componentes do IPCA-IBGE – Agosto de 2009

GRUPO	VARIACÃO (%)		
	julho	agosto	ACUMULADO NO ANO
Índice geral	0,24	0,15	2,97
Alimentação e Bebidas	-0,06	-0,01	2,56
Habituação	1,11	0,47	4,35
Artigos de Residência	0,37	-0,24	1,72
Vestuário	-0,01	0,13	3,44
Transporte	0,14	-0,11	0,17
Saúde e Cuidados Pessoais	0,31	0,21	4,24
Despesas Pessoais	0,26	0,27	6,17
Educação	0,11	0,83	5,90
Comunicação	-0,10	-0,02	0,05

Fonte: IBGE

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, assim como o IPCA, apresentou variação menor em agosto (de 0,08%) do que em julho (0,23%). No ano, o INPC ficou em 3,07%, bem abaixo de igual período do ano anterior (5,09%). Considerando os últimos doze meses, com 4,44%, o resultado situou-se abaixo da taxa dos doze meses imediatamente anteriores (4,57%). Em agosto de 2008 o INPC foi 0,21%.

Os produtos alimentícios apresentaram variação de -0,21% em agosto, enquanto os não alimentícios aumentaram 0,20%. Em julho os resultados foram -0,17% e 0,40%.

TABELA 29
Taxas de Inflação
Brasil – 2006 – 2009

PERÍODO	INPC - IBGE	IPCA - IBGE	ICV-DIEESE
2006	2,81%	3,14%	2,57%
2007	5,16%	4,46%	4,80%
2008	6,48%	5,90%	6,11%
jan/09	0,64%	0,48%	0,69%
fev/09	0,31%	0,55%	0,02%
mar/09	0,20%	0,20%	0,40%
abr/09	0,55%	0,48%	0,31%
mai/09	0,60%	0,47%	0,23%
jun/09	0,42%	0,36%	0,05%
jul/09	0,23%	0,24%	0,49%
ago/09	0,08%	0,15%	0,30%
Acum. Data-base Setembro	4,44%	4,36%	3,75%

Fonte: IBGE e DIEESE

IV.3 CESTA BÁSICA

Nove capitais brasileiras – seis delas do Nordeste – registraram, em agosto, retração no custo da cesta básica, conforme apurou o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os recuos mais expressivos ocorreram em Natal (-3,22%), Aracaju (-3,12%), Fortaleza (-3,05%) e João Pessoa (-3,02%). Em Vitória, o valor para o conjunto de gêneros alimentícios essenciais manteve-se praticamente inalterado e sete localidades apresentaram alta, com destaque para Curitiba (2,30%) e Manaus (1,15%).

A aquisição dos itens básicos, em Porto Alegre, custou R\$ 238,67, o maior valor dentre as cidades pesquisadas. Em São Paulo, o preço da cesta correspondeu a R\$ 225,69 e, em Vitória, ficou em R\$ 223,09. As cidades mais baratas foram Aracaju (R\$ 168,06), Fortaleza (R\$ 176,57) e João Pessoa (R\$ 178,12).

Com base no maior valor apurado para a cesta e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o salário mínimo necessário. Em agosto, o valor do mínimo foi calculado em R\$ 2.005,07, o que representa 4,31 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 465,00. Em julho, o piso mínimo era estimado em R\$ 1.994,82 (4,29 vezes o menor salário pago), enquanto em agosto do ano passado correspondia a R\$ 2.025,99, ou seja, 4,88 vezes o piso então vigente (R\$ 415,00).

Variações acumuladas

Entre janeiro e agosto deste ano, apenas duas capitais – Belém (1,83%) e Recife (1,47%) – apresentaram aumento nos preços no período. Nas outras 15 localidades o custo da cesta registrou variação acumulada negativa, com destaque para Aracaju (-13,05%), João Pessoa (-11,18%), Rio de Janeiro (-10,86%) e Fortaleza (-10,52%).

Nos últimos 12 meses – de setembro de 2008 a agosto último – 12 das 16 capitais para as quais existem dados para o período registraram queda no preço dos itens essenciais. As retrações mais significativas ocorreram em Aracaju (-9,58%), Curitiba (-8,03%), Belo Horizonte (-7,68%) e São Paulo (-6,41%). Vitória (7,26%) e Recife (5,80%) foram as cidades com maior aumento em um ano.

Cesta x salário mínimo

Para adquirir a cesta básica, o trabalhador que ganha salário mínimo precisou cumprir, em agosto, na média das 17 capitais pesquisadas, uma jornada de 96 horas e 37 minutos, ligeiramente menor que a exigida em julho (97 horas e 12 minutos). Em agosto de 2008, a mesma compra comprometia uma jornada bem maior, que chegava a 110 horas e 12 minutos.

Também pode ser notado pequeno recuo no percentual do salário mínimo líquido – após a dedução da parcela referente à Previdência Social – comprometido em agosto (47,73%), em relação a julho (48,02%). Na comparação com agosto de 2008, a redução é bem maior, pois naquele mês o comprometimento chegava a 54,45% do rendimento líquido.

TABELA 30
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – agosto 2009

Capital	Varição Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Varição no ano (%)	Varição Anual (%)
Curitiba	2,30	211,47	49,43	-7,81	-8,03
Manaus	1,15	217,90	50,94	-3,51	(---)
Rio de Janeiro	0,88	213,75	49,96	-10,86	-0,43
Florianópolis	0,59	216,53	50,61	-9,41	-1,13
Goiânia	0,58	196,68	45,97	-6,09	-4,78
Porto Alegre	0,51	238,67	55,79	-6,35	-1,03
Belém	0,49	202,69	47,38	1,83	-1,76
Vitória	0,00	223,09	52,15	-1,96	7,26
Brasília	-0,23	217,27	50,79	-7,99	-5,19
Belo Horizonte	-0,48	213,51	49,91	-7,27	-7,68
São Paulo	-0,65	225,69	52,76	-5,76	-6,41
Recife	-2,09	186,31	43,55	1,47	5,80
Salvador	-2,34	191,12	44,68	-1,00	2,05
João Pessoa	-3,02	178,12	41,64	-11,18	-2,29
Fortaleza	-3,05	176,57	41,27	-10,52	-1,01
Aracaju	-3,12	168,06	39,28	-13,05	-9,58
Natal	-3,22	194,11	45,37	-8,78	2,74

Fonte: DIEESE; Obs.: (---) Dado inexistente